

do Sr. João Lourenço Gomes Ribeiro

HOMENAGEM À MEMORIA

DE

JOSÉ DE PARADA E SILVA LEITÃO

Lente de Physica na antiga Academia Polytechnica
do Porto e no Instituto Industrial da mesma cidade

Separata da "Revista de Chimica pura e applicada"

(II SÉRIE — ANO II — 1917)



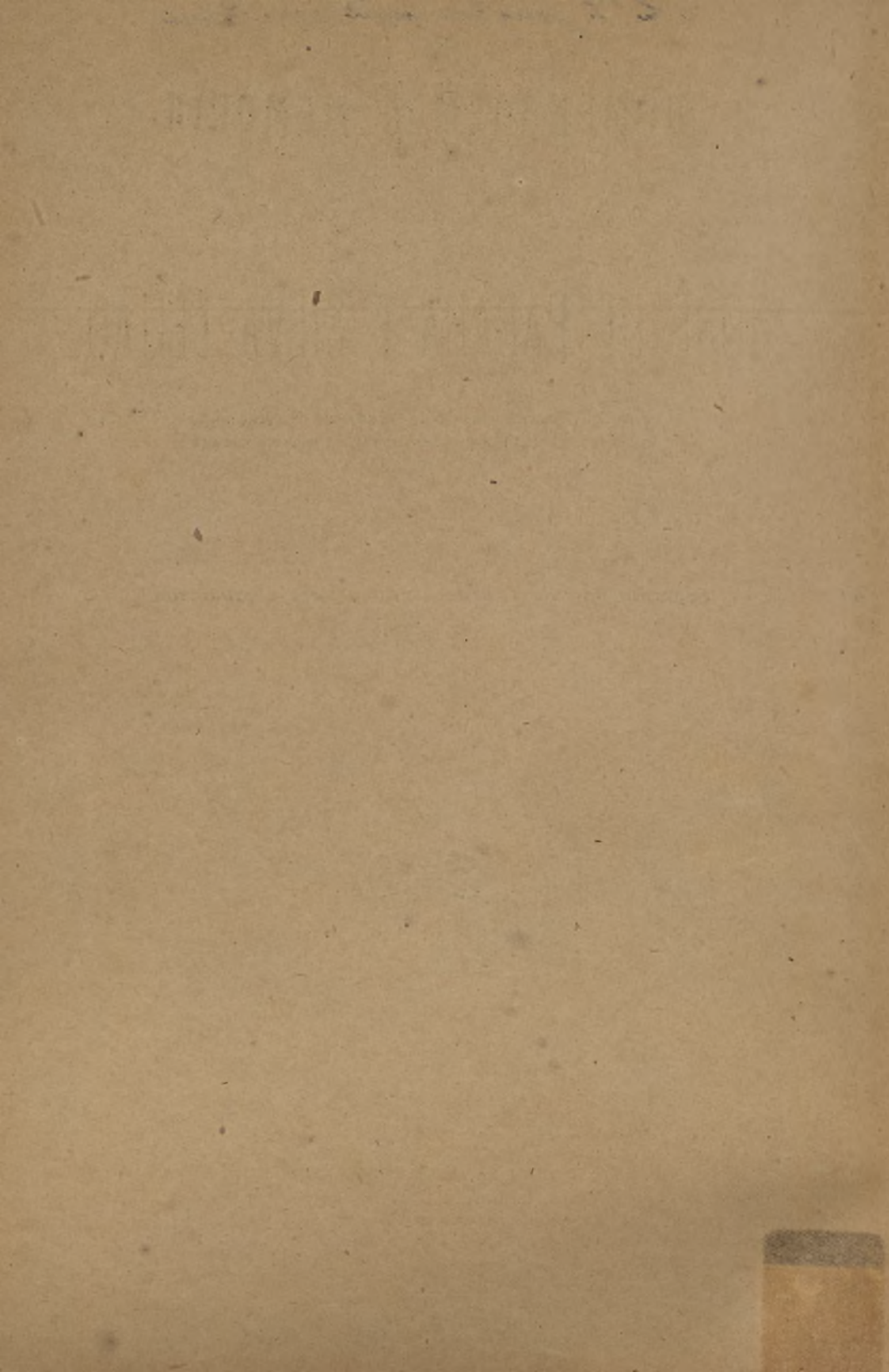
PORTO

Typ. a vapor da «Encyclopedía Portugueza»

Rua Candido dos Reis, 47 a 49

1917

RC
MNCT
92
HOM



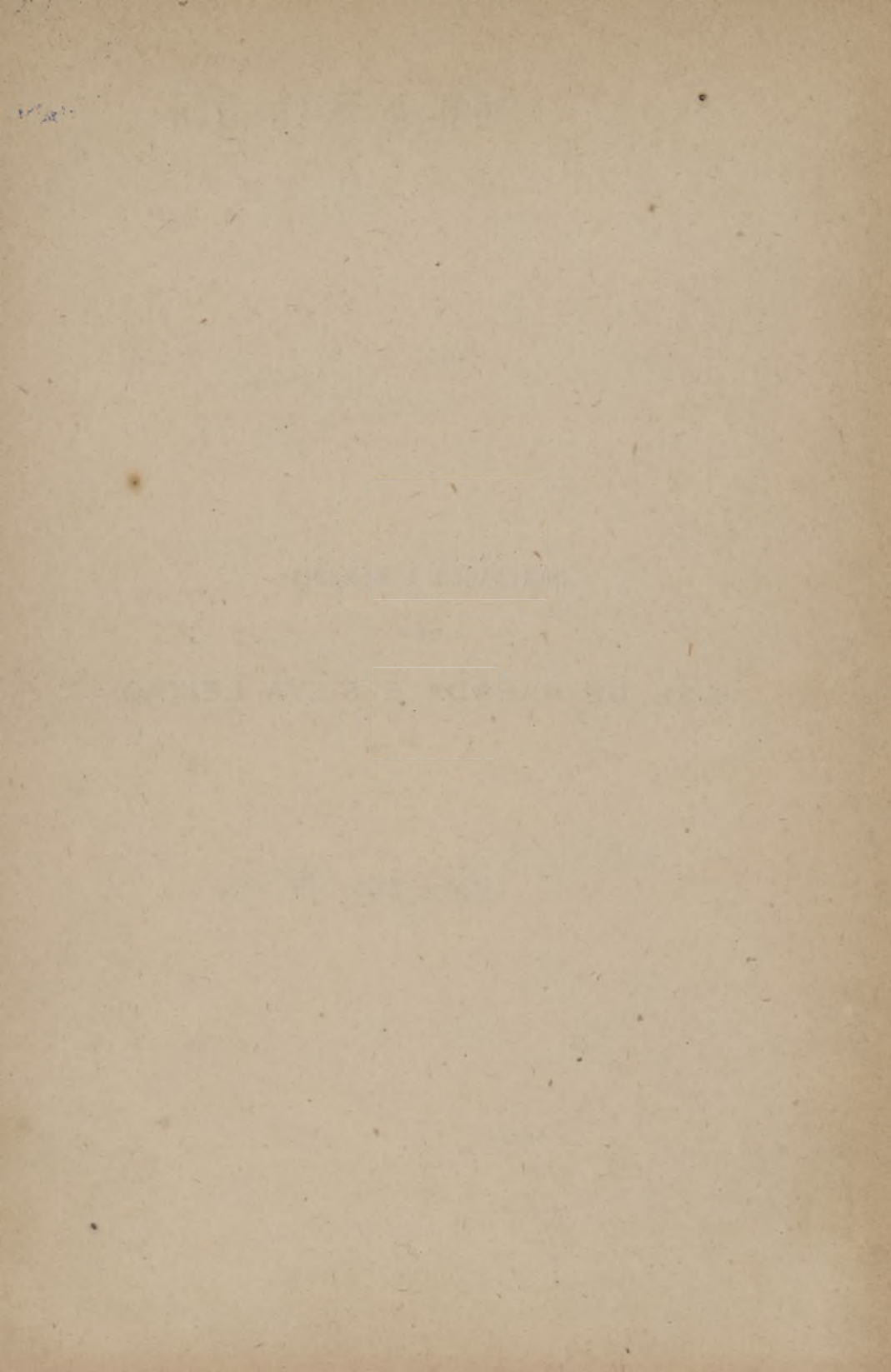
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA

1446

Com os seus cumprimentos
offerece
A. J. Ferreira da Silva

HOMENAGEM Á MEMORIA
DE
JOSÉ DE PARADA E SILVA LEITÃO

Est. 6 Tab. 2 N.º 48





HOMENAGEM Á MEMÓRIA

— DE —

JOSÉ DE PARADA E SILVA LEITÃO

Lente de Physica na antiga Academia Polytechnica
do Porto e no Instituto Industrial da mesma cidade

Separata da "Revista de Chimica pura e applicada"

(II SÉRIE — ANO II — 1917)



PORTO

Typ. a vapor da «Encyclopedia Portugueza»

Rua Candido dos Reis, 47 a 49

1917

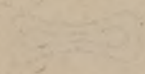
Rc
MNCT
92
HOM

HOMENAGEM A MEMÓRIA

JOSE DE PARAGUÁ E SILVA LEITÃO

1908

1908



No Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

José Guilherme de Parada e Silva Leitão

*Dig.^{mo} Engenheiro;
Professor do Instituto Industrial e Commercial
do Porto*

em testemunho de muita estima e consideração

OFF.

Porto, 29 de Março de 1917.

o seu collega e amigo

A. J. FERREIRA DA SILVA.

Foi PARADA LEITÃO o primeiro professor de Physica na Academia Polytechnica. Era um nobilissimo character, qualidade primacial de todo o homem culto. Mas foi tambem um dos mais illustres representantes do professorado superior portuguez do seu tempo; os que seguiam com attenção as suas lições ficavam convencidos em breve da profundeza dos seus conhecimentos, do seu muito saber e do seu elevado criterio scientifico; quem escreve estas linhas honra-se em o ter tido por mestre. Foi um devotado apostolo do ensino superior na segunda capital do paiz e escreveu em sua defeza, quando a Academia Polytechnica era ameaçada na sua existencia, diversos trabalhos, que merecem ficar archivados, e que certamente evitaram o golpe. Um dedicado amigo do eminente professor, que venera piedosamente a sua memoria, mas esconde o nome, confiou-nos os apontamentos para a sua biographia, que a seguir publicamos; inseriremos tambem duas das suas memorias em defeza do ensino superior no Porto.

E' uma homenagem prestada á memoria de quem tão nobremente trabalhou pela causa publica e honrou o magisterio superior!

FERREJRA DA SILVA.

O professor JOSÉ DE PARADA E SILVA LEITÃO, major graduado do exercito portuguez, lente de Physica na Academia Polytechnica e no Instituto Industrial do Porto, era filho do distincto official do exercito portuguez JOSÉ DA SILVA LEITÃO e de D. FRANCISCA RITA DE PARADA E SILVA LEITÃO e nasceu em Sernache do Bomjardim, concelho de Certã, a 9 de Junho de 1809. Tendo começado os seus estudos no



José de Parada e Silva Leitão.

(9-VI-1809 a 14-IV-1880)

Seminario das Missões, estabelecido em Sernache do Bomjardim, foi aos oito annos de idade para Lisboa e pouco depois de ahi chegar perdeu seu pae, capitão do exercito portuguez, que succumbiu aos 32 annos de idade, victima dos estragos que n'elle tinham produzido as fadigas e privações da guerra peninsular, na qual tomou parte activa desde o seu principio, assistindo ás principaes acções, taes como a do

Bussaco, á defeza de Lisboa, ao cerco de Badajoz, etc. Ficando depois do fallecimento de seu pae em Lisboa, na companhia de sua mãe, JOSÉ DE PARADA E SILVA LEITÃO continuou a sua carreira litteraria, estudando francez e latim nas aulas do convento de S. Vicente de Fóra, hoje Paço Patriarchal.

Aos doze annos entrou para o Collegio Militar da Luz, cujo curso completou aos dezeseite com plenas approvações, e com a carta d'esse curso foi assentar praça em artilharia n.º 1, como alumno aspirante official, em 31 de agosto de 1826.

No mez immediato, tendo obtido a competente licença do Ministerio da Guerra, foi para Coimbra, onde se matriculou na Faculdade de Mathematica. N'esse anno foi interrompida a sua frequencia por ter de recolher ao corpo, em consequencia da guerra civil que então abraçava o paiz.

Em outubro do anno seguinte (1827), tendo sido despachado alferes para o regimento n.º 19 de infantaria, por decreto de 9 de julho de 1827, e obtendo nova licença do governo, voltou a matricular-se na Faculdade de Mathematica e n'esse anno lectivo (1827 a 1828), completando a frequencia, habilitou-se para acto, tanto de Mathematica como de Philosophia; mas n'esse anno, como é sabido, não houve actos na Universidade por causa dos gravissimos acontecimentos politicos que então se deram.

Todos sabem que n'esse anno o partido absolutista pretendeu aclamar como rei legitimo o infante D. MIGUEL, e que a estas intenções se oppoz o Porto, auxiliado por alguns dos corpos do exercito estacionados nas provincias do norte. Dividiu-se então a nação em dous grandes partidos, o liberal tendo por centro o Porto, e o absolutista tendo por centro Lisboa. PARADA LEITÃO não hesitou na escolha, e, posto que o seu regimento fosse um dos mais entusiastas pelo partido do absolutismo, elle, em vez de o seguir, alistou-se no Batalhão academico liberal, e n'este corpo continuou durante esta campanha, a qual, tendo começado auspiciosamente para as armas liberaes, por causas até hoje ainda mal definidas terminou pela retirada da divisão liberal para a Hespanha.

PARADA LEITÃO, seguindo a sorte dos seus companheiros d'armas, emigrou para a Galiza, onde entrou pelo campo de Lobios, conseguindo depois embarcar na Corunha para Inglaterra, onde ficou fazendo parte do deposito de emigrados de Plymouth, logo depois de effectuada a retirada do Porto; mas, principalmente depois de entrar na Galiza, teve

elle, assim como os seus companheiros, de vencer muitas difficuldades creadas, já pela má vontade e despotismo das auctoridades hespanholas, já pelos maus sentimentos da população d'aquella região, que, levada pelo fanatismo, não só se negava a vender aos emigrados os alimentos de que careciam, mas chegava a ir de noute aos acampamentos fazer-lhes fogo, achando-se elles desarmados, por isso que ao entrar na Galiza tinham deposto as armas.

Cabe aqui enumerar um factó que attesta a lealdade, coragem e rigidez de character de que era dotado PARADA LEITÃO. Quando a divisão liberal retirou do Porto houve tal precipitação que chegaram a esquecer-se de mandar recolher alguns destacamentos; um d'esses destacamentos era commandado por PARADA LEITÃO e achava-se a bordo d'um barco fundeado junto da margem esquerda do Douro, em frente de Massarellos; e posto que elle tivesse conhecimento da retirada da divisão e soubesse que se fosse aprisionado pelo exercito absolutista, que então se achava já em Villa Nova, seria immediatamente passado pelas armas, PARADA LEITÃO não abandonou o seu posto e só se retirou com os seus companheiros, no numero dos quaes se contava o conselheiro JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO, quando para isso recebeu ordem que lhe foi transmittida por JOSÉ VICTORINO DAMAZIO; atravessando todos a cidade a muito custo, por isso que a esse tempo já a divisão liberal se achava a algumas horas de marcha da cidade, e a populaça, para agradar ao partido cujo exercito entrava triumphante na cidade, entregava-se a todos os excessos, perseguindo e maltratando todos os que tinham opiniões oppostas ás dos vencedores.

Tendo-se malgrado a tentativa do general SALDANHA de desembarcar emigrados na Ilha Terceira, porque a essa tentativa se oppôz não só o bloqueio de D. MIGUEL, mas tambem o bloqueio inglez, os emigrados que este general commandava desembarcaram em França, onde se crearam então depositos de emigrados, creando-se tambem algum tempo depois outro deposito na Belgica, em Ostende. Foi para este ultimo que a PARADA LEITÃO pertenceu ir esperar com alguns seus companheiros a oportunidade de voltar á patria, quando pudessem vencer-se os obstaculos que a esse desejo se oppunham, e que então pareciam insuperaveis.

N'esta situação se achava PARADA LEITÃO em 1830, quando reventou em Paris a famosa revolução chamada dos «trez dias de julho». E' sabido que essa revolução abalou o mundo, e, como era natural, produziu os seus efeitos primeiro nos paizes contiguos. Sem fallar na

Allemanha e na Italia, a Belgica revolucionou-se, e sem demora a Hespanha sentiu logo fortíssimos abalos.

PARADA LEITÃO, que então contava 21 annos, tendo assistido á revolução da Belgica, quiz tomar parte na que se projectava em Hespanha, na convicção de que o movimento revolucionario se transmittiria a Portugal com probabilidades de victoria; e, sem dar ouvidos aos conselhos dos prudentes, guiado apenas pelos impulsos do seu nobre coração, mettu-se a caminho para os Pyreneus, onde acabava de ser hasteado o estandarte da liberdade, em torno do qual se agrupavam os hespanhoes emigrados, que tentavam revolucionar a sua patria contra o despotismo de FERNANDO VII. PARADA LEITÃO dirigiu-se primeiro a Paris, fazendo a viagem de Ostendé até lá a pé, por não lhe permittirem os seus recursos fazê-lo de outro modo; e, depois de ter soffrido mil incommodos e privações, apresentou-se ao general (depois marechal) DUÇJE DE SALDANHA, ou antes ao coronel RODRIGO PINTO PIZARRO (depois Barão da Ribeira de Sabrosa), com o qual havia tempo estava em correspondencia, e que o apresentou ao general. Recommendado por este ao *comité* do MINA, partiu para Bayonna, onde então se achava este famoso general hespanhol, sem duvida o mais notavel dos chefes d'aquelle movimento, e o que mais confiança inspirava a todos os que se interessavam pelo bom exito d'aquella arriscada empreza; e, tendo-se alistado no *batalhão sagrado* do MINA, assim denominado por ser composto só de officiaes emigrados, entrou em todos os combates em que tomou parte o mesmo batalhão, que, pela gente de que era constituido, merecia especial confiança ao general, e por isso a elle recorria sempre nos momentos de maior perigo e a elle encarregava das mais espinhosas missões.

E' sabido que, attendendo aos debéis recursos de que podiam dispôr os emigrados, seria temeraria esta empreza, se mais ou menos claramente a não protegesse o governo francez; essa protecção, porém, cessou logo que FERNANDO VII reconheceu a nova dynastia de França; e a causa dos emigrados, abandonada aos mesquinhos recursos d'estes, apesar do extremado valor dos seus defensores, soffreu uma série de desastres, que não só a anniquilaram então, mas quasi que anniquilaram até a esperanza de a vêr ressurgir um dia. O governo francez, para satisfazer as exigencias do seu novo alliado FERNANDO VII, de protector dos emigrados hespanhoes tornou-se em seu perseguidor, mandando-os internar contra sua vontade; permittiu comtudo aos portuguezes, cujo numero era assaz diminuto, que ali se conservassem,

creando em Bayonna um novo deposito. PARADA LEITÃO ficou fazendo parte d'esse deposito até á chegada de D. PEDRO, imperador do Brasil, a França.

Logo que o imperador chegou, todos os emigrados dos diferentes depositos se apressaram a render-lhe as devidas homenagens, reiterando a sua fê politica e a sua lealdade á causa de D. MARIA II. O deposito de Bayonna não foi o ultimo a cumprir este dever, e a representação que enviou ao imperador foi redigida por PARADA LEITÃO, com a approvação do coronel RODRIGO PINTO PIZARRO, residente então em Paris, a quem foi enviada, para elle lhe dar a competente direcção. Os offerecimentos que n'essa representação se faziam ao imperador foram em parte attendidos, e PARADA LEITÃO, assim como alguns dos seus companheiros mais dedicados á causa da liberdade, vencendo mil difficuldades, devidas á falta de meios, transportaram-se para Belle-Isle-en-Mer, d'onde tiveram a honra de acompanhar S. M. na expedição que d'ahi sahiu para os Açores e nas visitas que fez a uma parte d'este archipelago, ficando PARADA LEITÃO no deposito de officiaes, estabelecido na Ilha de S. Jorge, destinados aos diferentes corpos da expedição que se estava organisando para Portugal.

Quando lhe chegou a sua vez foi mandado servir, no seu posto de alferes, no segundo batalhão do regimento n.º 18, batalhão que depois passou a ser o regimento n.º 15. N'este corpo sahiu de S. Miguel, desembarcou no Mindello e entrou no Porto, conservando-se no mesmo corpo, não só durante o cerco d'esta cidade e de Lisboa, mas durante todo o resto das campanhas até á convenção de Evora Monte, acompanhando ainda depois esse mesmo corpo, já então regimento n.º 15, para o Algarve, onde o regimento ficou de quartel.

Em todo este tempo não fez serviço fóra do seu corpo senão por poucos dias, em commissão no Estado-Maior do general SALDANHA, que, apreciando os seus elevados dotes, o requisitou, quando se achava encarregado da defeza da Foz durante o cerco do Porto.

Pacificado o paiz, obteve PARADA LEITÃO licença para concluir o curso de Mathematica que tinha começado na Universidade de Coimbra, antes da emigração; e effectivamente o concluiu em 1837, tendo obtido sempre plenas approvações e dois partidos, um no segundo, outro no terceiro anno.

Terminada a formatura foi PARADA LEITÃO matricular-se na Escola do Exercito; mas tendo-o os movimentos politicos d'essa

epoca obrigado a vir ao Porto, onde se estava então organisando a Academia Polytechnica, e tendo sido convidado pelos lentes da mesma Academia, todos ou quasi todos seus amigos e antigos companheiros de trabalhos, para requerer o logar de lente da 8.^a cadeira (Physica e Mecanica industriaes), que ainda estava por prover, PARADA LEITÃO, em extremo penhorado com tão honrosas instancias, requereu e obteve a dita cadeira, a qual inaugurou, tendo então de idade 28 annos, e n'ella serviu até completar os cincoenta de idade e mais de vinte de exercicio, em conformidade com a lei das jubilações.

Então requereu, e obteve a sua, continuando, porém, a servir com o augmento do terço do ordenado, por ter provado que estava em condições de poder continuar no serviço do magisterio, o que fez com zelo e assiduidade pouco vulgares, enquanto o seu estado de saude lh'o permittiu, e ainda por muitos annos depois de ter alcançado direito, pela diuturnidade de serviço, á jubilação com o augmento do terço.

Durante o tempo que serviu na Academia prestou-se sempre, e da melhor vontade, a todo o trabalho compativel com as suas forças, e algumas vezes até superior, em serviço d'este estabelecimento, a que muito se presava de pertencer, considerando-se sempre largamente recompensado de todos os sacrificios que fazia pelas provas de estima com que o honravam os seus collegas, e que elle nunca esqueceu.

Começaram estas provas de estima, ainda antes de elle entrar para tão nobre corporação, pelos desejos que lhe manifestaram de que elle fizesse parte d'ella; depois, logo que entrou, fizeram-lhe a honra de o incumbir da oração inaugural da Academia, primeiro discurso de abertura solemne que foi proferido depois da sua criação, ou antes da sua transformação de Academia de Marinha e Commercio em Academia Polytechnica.

Mais tarde, quando este estabelecimento foi ameaçado até na sua existencia, foi PARADA LEITÃO um dos que se encarregaram de defender no campo da imprensa os direitos e os interesses da Academia Polytechnica, como estabelecimento de instrucção superior, o que fez em uma serie de opusculos com varios titulos, memorias, representações, algumas d'ellas assignadas pelos membros do Conselho; e tanto n'estes trabalhos, como em todos os outros de que foi encarregado, ou individualmente ou como membro de qualquer commissão,

houve-se PARADA LEITÃO sempre como quem desejava corresponder á confiança com que o honravam, tendo para si como prova d'essa confiança a escolha que d'elle fez o Conselho academico para representar esta sabia corporação na conferencia escolar official, que se realizou em Lisboa, perante o Governo, no anno de 1869.

Mas ainda outra prova de consideração, se é possível de maior valor do que esta, recebeu elle dos seus collegas, quando, pelo fallecimento do muito digno director JOAQUIM TORQUATO ALVARES RIBEIRO, lhe pediram que annuisse a que o Conselho escolar propuzesse ao Governo a sua nomeação para director da Academia, nomeação que elle já em outra epocha tinha recusado, como diremos adiante.

Não correram tão placidos os annos para PARADA LEITÃO desde que entrou para a Academia como poderia fazer suppor a leitura d'essas poucas linhas. Commoções politicas que inquietaram todo o paiz vieram tambem distrahir-o do seu trabalho do magisterio e até affectar-lhe forte e tristemente a existencia. Em 1846, quando rebentou a *revolução politica* chamada do *Minho*, e se creou no Porto uma Junta de Governo em nome da Rainha, foi novamente dividida a nação em dous grandes partidos; um d'estes defendia o Governo de Lisboa e o outro o do Porto, posto que ambos invocavam o nome da Rainha; sendo necessario escolher algum d'elles, PARADA LEITÃO não hesitou em alistar-se sob as bandeiras da Junta do Porto; as suas convicções dictavam-lhe esta escolha. Ao serviço da Junta votou todas as suas faculdades, e trabalhou quanto estava ao seu alcance para que a revolução triumphasse.

Durante esta campanha PARADA LEITÃO, que, alem de amigo politico, era amigo particular dos membros da Junta e seu antigo companheiro de trabalhos, pela confiança que lhes merecia, foi encarregado d'algumas commissões importantes, sendo a de maior duração a de ajudante-general, servindo de chefe d'Estado Maior da Divisão commandada pelo VISCONDE DE SÁ DA BANDEIRA, depois MARQUEZ DE SÁ DA BANDEIRA, encarregado de pacificar as provincias do Norte, emquanto o CONDE DAS ANTAS marchava sobre a capital.

Não pretendendo escrever aqui a historia d'essa campanha, bastará dizer que, na acção de Val Passos, onde a traição d'alguns corpos de linha ao serviço da Junta obrigou o VISCONDE DE SÁ DA BANDEIRA a retirar para o Porto, PARADA LEITÃO, seu ajudante-general, quando procurava fazer entrar em ordem um dos corpos rebeldes, foi

por este aprisionado e entregue ao inimigo, assim como alguns outros officiaes que o ajudaram n'esse empenho. Conduzido para o castello de Chaves e tendo conseguido, depois de vencidas innumeradas difficuldades, evadir-se d'ali com alguns seus companheiros, correu de novo a apresentar-se á Junta do Porto, ao serviço da qual continuou até ao fim da lucta.

Depois do convenio de Gramido, e em virtude das condições pactuadas n'esse mesmo convenio, entre os representantes da junta e os representantes das nações interventoras, foi permitido a PARADA LEITÃO e aos que estavam nas suas circumstancias a escolha da sua residencia. PARADA LEITÃO retirou-se então para a provincia da Beira, com o fim de alli esperar os acontecimentos.

Quando esteve prisioneiro em Chaves, foi-lhe communicado pelas auctoridades militares do partido opposto que tinha sido demittido pelo governo de Lisboa do posto de capitão; por isso, quando acabou a lucta, PARADA LEITÃO considerou-se paisano, e portanto com mais liberdade na escolha da residencia; passado, porém, pouco tempo, sem que directa ou indirectamente o solicitasse, foi reintegrado no posto de capitão, de que tinha sido demittido, e mais tarde, em 1851, foi graduado em major; não se lhe deu, comtudo, a effectividade d'esse posto, pelo facto de elle ter seguido ás bandeiras da junta.

Vendo-se, pois, assim preterido, por ter sido fiel ás suas convicções, e não querendo subordinar-se áquelles que já tinha commandado, abandonou com desgosto a carreira militar, e dedicou-se exclusivamente ao serviço do magisterio.

Em 1853 foi PARADA LEITÃO nomeado director da «Escola Industrial do Porto», e encarregado de organizar este estabelecimento de instrucção popular, então recentemente creado. Achava-se PARADA LEITÃO dirigindo a Escola da Associação Industrial Portuense a pedido da mesma associação, da qual elle era um dos socios instaladores; e, regendo a aula de Physica creada pela mesma associação, regencia para que tinha sido convidado logo que a Escola da Associação se inaugurou, quando lhe foi proposta a nomeação de director da nova Escola Industrial do Porto, hoje Instituto Industrial; declarou porém que não accetava essa nomeação senão interinamente, emquanto o novo estabelecimento a seu cargo não chegasse a funcionar regularmente. N'esta commissão empenhou todos os seus recursos, para bem a cumprir, conseguindo vencer muitos obstaculos, que se oppunham ao estabele-

cimento da nova escola, sem comtudo offender os interesses dos outros estabelecimentos scientificos com que essa escola ia estar em contacto, antes harmonizando-os todos tanto quanto fosse possivel, pois foi sempre opinião sua que todos esses estabelecimentos, destinados ao mesmo fim, deviam quanto possivel auxiliar-se reciprocamente.

PARADA LEITÃO, além de director da Escola Industrial, foi nomeado lente d'uma cadeira não identica, mas analoga á que regia na Academia, e a parte pratica do ensino de ambas exigia um gabinete de machinas e apparatus, gabinete que, pôde dizer-se, não existia em nenhum dos dois estabelecimentos; PARADA LEITÃO, tendo só em vista o bem do ensino em geral e em particular o adiantamento do ramo das sciencias a que de todo o coração se tinha dedicado, d'accordo com o director da Academia procurou organizar um gabinete commum aos dois estabelecimentos, por isso que ambos elles se achavam funcionando no mesmo edificio, e a escacez de meios não permittia a duplicação d'esses gabinetes; sendo necessario para obter alguma cousa n'este sentido, como effectivamente conseguiu, reunir os recursos de ambos os estabelecimentos, foi em virtude d'este accordo que, em poucos annos, auxiliando-se mutuamente os dois estabelecimentos, sem acrescimo de sacrificio para o thesouro, PARADA LEITÃO viu transformar-se os dois mesquinhos gabinetes em um dos melhores estabelecimentos auxiliares do ensino da Academia e da Escola Industrial do Porto; seja isto lembrado como exemplo de quanto valem a boa harmonia e o auxilio reciproco.

Alem dos seus trabalhos na Academia e na Escola, teve PARADA LEITÃO, por varias vezes e por longas temporadas, de satisfazer a outras commissões de serviço publico, umas officiaes, outras industriaes, tendo-se encarregado de trabalhos preparatorios para algumas exposições, e por mais de uma vez incumbido da escolha e proposta dos artistas que o Governo se propunha subsidiar para irem visitar e estudar as exposições estrangeiras.

De todas estas commissões, tanto aquellas para que foi nomeado pelo Governo, como aquellas para que foi convidado pelas associações, nunca recebeu, nem mesmo accitaria ainda que lh'o offerecessem, estipendio, gratificação pecuniaria ou remuneração de qualquer especie, senão algumas portarias de louvor e alguns votos d'agradecimento.

Foi sob a direcção de PARADA LEITÃO que se fizeram no paiz as primeiras experiencias publicas de telegraphia electrica, achando-se as estações estabelecidas, uma na casa da Associação Industrial Portuense,

outra na casa da Associação Commercial; e tão bom resultado deram estas experiencias que a Associação Commercial tratou logo de substituir o seu antigo telegrapho pelo telegrapho electrico.

PARADA LEITÃO foi nomeado membro do Real Conservatorio Dramatico por proposta do VISCONDE D'ALMEIDA GARRETT; foi, como já se disse, socio installador da Associação Industrial Portuense e de varias associações de beneficencia e socio honorario de algumas outras associações no paiz e fóra do paiz.

De accordo com alguns seus collegas no magisterio creou *O Industrial Portuense*, primeiro periodico d'este genero que se publicou em Portugal, e que depois contou entre os seus collaboradores nomes muito respeitaveis; foi tambem por bastante tempo um dos redactores permanentes do *Jornal da Associação Industrial Portuense*; foi collaborador do *Instituto de Coimbra*, do *Correio das Damas*, do *Pirata* e de outros periodicos literarios e scientificos, assim como tambem foi redactor ou collaborador de varios jornaes politicos, nomeadamente da *Estrella do Norte*, de que foi redactor effectivo por algum tempo, durante o governo da Junta do Porto; e do *Nacional*, de que foi principal redactor, quando este periodico reapareceu depois de pacificada a revolução do Minho; mas em todos estes periodicos, quer politicos, quer literarios, quer scientificos, quer industriaes, poucos foram os artigos que assignou com o seu proprio nome, empregando na maior parte de elles o anonymo ou varios pseudonymos.

Nunca solicitou, nem directa nem indirectamente, recompensas pelos seus serviços, antes recusou aceitar algumas que lhe foram offerecidas. Do governo da Junta não aceitou senão o posto de major, porque lhe pertencia por escala, mas nem outros empregos nem outras distincções ou condecorações quiz aceitar, recusando mesmo a nomeação de director da Academia Polytechnica, que lhe foi offerecida pela Junta do Porto, apezar das instancias d'alguns seus collegas para que a aceitasse. Emquanto a condecorações só requereu uma, a *Medalha das Campanhas da Liberdade*; e requereu essa, porque sendo contado por lei como tempo dobrado de serviço o tempo de campanha, era-lhe necessario, para conhecer a sua antiguidade, saber quantos annos de campanha lhe contavam; e requereu-a sem escrupulo, porque essa condecoração, pelas condições em que é concedida, nunca pôde attribuir-se a favor algum pessoal. Emquanto ás outras, mesmo aquellas a que poderia julgar-se com direito incontestavel, podia provar que algumas recusou; e que se assim o não fez em relação á Com-

menda da Ordem de Christo, com que S. M. D. PEDRO V houve por bem agracial-o, foi porque não teve conhecimento official de tal graça, senão quando o intimaram para pagar os direitos de mercê, e então pareceu-lhe inopportuna a recusa; se tivesse sido prevenido com mais antecipação, apesar da tão profunda como sincera veneração que dedicava á pessoa d'aquelle sympatico monarcha e do alto apreço que a todos mereciam os seus favores, apesar da circumstancia, para elle tão lisongeira, de ver o seu nome incluído n'uma lista tão pequena como escrupulosamente escolhida, que tinha á sua frente ALEXANDRE HERCULANO, seguido dos nomes de JOSÉ VICTORINO DAMAZIO, BELCHIOR JOSÉ GARCEZ, e outros igualmente respeitaveis, apesar de todas estas considerações, PARADA LEITÃO, por coherencia com as suas ideas democraticas, já larga e francamente expendidas em varios artigos de periodicos que elle redigia, julgar-se-hia obrigado, agradecendo a S. M. a sua benevolencia, a pedir-lhe licença para não acceitar a graça com que tão espontanea e generosamente o honrára.

Nas poucas linhas que precedem procurámos, recorrendo aos factos, fazer conhecer as excellentes qualidades que ornavam o illustre cidadão PARADA LEITÃO; encarando-o sob diversos pontos de vista; examinando miudamente todos os actos da sua vida, quer publica quer particular, não encontrámos senão que admirar, não achamos senão exemplos dignos de ser imitados. Character firme, nobre e honradissimo, amigo leal e dedicado até á abnegação, cidadão prestante e cheio de virtudes, militar valente e brioso, funcionario activo e d'um zelo inexcedivel, professor sabio e bondoso, dotado d'um coração em extremo sensível, eram para elle mais penosos os soffrimentos alheios do que os proprios; chefe de familia modelo, era PARADA LEITÃO um homem verdadeiramente justo e virtuoso, em quem se encontravam reunidos, como poucas vezes se encontram em tão alto grau, tantos dotes d'alma e coração como os que elle possuia.

Trabalhador incansavel, dotado d'uma rigidez de principios inquebrantavel, PARADA LEITÃO apparece-nos luctando, pôde dizer-se, desde a infancia: arriscou primeiro a sua vida para libertar a patria do jugo do despotismo, para quebrar as algemas que opprimiam a nação portugueza; não hesitou em offerecer o peito ás balas, não trepidou ante as duras privações do exilio, e, contando apenas 18 annos de idade, piza ousado o solo estrangeiro, onde o esperam mil privações, mil soffrimentos; era elle dos mais novos d'esse punhado de heroes que a

sorte adversa ia opprimir durante quatro longos annos: quantas fadigas, quantas dores supportadas em silencio, recalçadas no fundo d'alma para não serem devassadas por olhos de estranhos! Mas nada lhe quebranta o animo. Está na Belgica; um povo, o hespanhol, geme, como a sua patria, sob o pezo dos grilhões e pretende quebral-os; corre em seu auxilio, tem de atravessar a França, para ir em seu soccorro; faltam-lhe os meios; mas não importa! Parte, caminha a pé, chega; mas a tentativa aborta depois de ter feito muitas victimas; a esperanza quasi que se perde; mas novo ensejo se apresenta. D. PEDRO chega a França, organiza uma expedição, e PARADA LEITÃO offerece-se para fazer parte d'ella. Faltando-lhe os meios, sáe de Bayonna, dirigindo-se a pé para Belle Isle; ahi embarca para as ilhas, d'ahi para o continente e, desembarcando no Mindello, vem para o Porto, onde o espera um apertado cerco, onde a peste, a fome e as balas dizimam esse punhado de bravos.

Mas era chegada a hora; a causa na liberdade, pela qual tanto se tinha sacrificado, triumphava finalmente, e o codigo liberal é proclamado. Satisfeitos n'esta parte os seus desejos, vae para Coimbra continuar os seus estudos; ahi, no primeiro estabelecimento d'instrução superior do paiz, vemol-o conquistando os louros que só ao talento é dado alcançar. Mas essa sciencia, que elle com tanto desvelo cultivava não é só para elle; depois de libertar o povo é necessario instruil-o e educal-o. PARADA LEITÃO assim o comprehendeu; e, depondo a espada, toma a pena, alcança pelo seu talento uma cadeira no professorado; e já fallando, já escrevendo, dirige, educa e instrue umas poucas de gerações; sabio, mas modesto, bondoso e justo, conquista o respeito e a veneração dos seus discipulos, tornando-se seu conselheiro e seu amigo.

Possuindo uma vasta erudição, nenhum dos variados ramos dos conhecimentos humanos lhe era desconhecido, sendo profundo em alguns d'elles, como o provam os seus escriptos publicados nos periodicos politicos, industriaes, scientificos e literarios.

Extremamente modesto, sinceramente democrata, e d'um desinteresse a toda a prova, não só nunca pediu recompensa ou remuneração de especie alguma pelos relevantes serviços que prestou, a não ser a Medalha das Campanhas da Liberdade; mas nem mesmo accetaria outras que não fossem as que por lei lhe competiam, recusando, como recusou, algumas que outros tanto ambicionam; e, se não fez o mesmo com a commenda de Christo, unica que possuía, foi porque teve conhecimento da concessão d'esta graça em circumstancias taes,

que julgou inopportuna a recusa, por poder ser interpretada d'um modo que lhe parecia menos honroso; comtudo muito poucas vezes usou d'ella.

Dotado d'uma alma excessivamente compassiva e d'um coração cuja sensibilidade ultrapassava muito os limites do vulgar, sentiu profundamente os golpes que soffreu, primeiro pela perda d'uma filha, depois, e apenas com o intervallo d'algumas semanas, da mãe e da esposa que idolatrava. A dôr profunda que estas perdas lhe causaram minou-lhe rapidamente a existencia; dominado por uma profunda tristeza, oprimido por uma pungente saudade declarou-se-lhe uma lesão cardiaca; durante cinco annos, em que a vida o abandonava a cada pulsação d'aquelle nobre coração, preso de soffrimentos atrozes, que supportava com a resignação d'um verdadeiro martyr, nunca soltou uma queixa; e, procurando sempre quanto lhe era possível occultar aos seus e aos amigos a agonia que lentamente o consumia, viu aproximar-se o momento fatal com a serenidade do justo.

Conservando até ao fim uma lucidez de espirito perfeita, não se enganava sobre o seu estado; e, quando o golpe era já inevitavel, quando se julgou chegado ao termo fatal, era ainda elle, que nos breves intervallos de alivio, prodigalizava aos que o cercavam as consoações de que tanto carecia. Chegado emfim o derradeiro instante, aquella fronte serena e augusta d'onde irradiaram os vivos fulgores do genio, que nunca abrigava senão pensamentos elevados e generosos, inclinou-se para a terra; aquella coração magnanimo, onde nunca tiveram logar senão os sentimentos que as mais sublimes virtudes podem inspirar, cessou de pulsar; aquelle espirito culto e d'uma rectidão nunca desmentida, abandonando o envolvero material, alou-se, puro e sereno, para o seio do Eterno pela uma hora da manhã do infausto dia 14 de Abril de 1880.

DOCUMENTOS

I. Memoria em defeza dos estabelecimentos de instrucção superior do Porto por PARADA LEITÃO

(Representação á Camara dos deputados em 1-IV-1854)

I. Dirigindo-nos a vós, Senhores Deputados da Nação Portuguesa, seria inutil demonstrar, seria mais do que ocioso encarecer a importancia do objecto sobre que vamos fallar-vos; mais do que a ninguem cumpre-vos conhecer a tão salutar como omnipotente *influen-*

cia da instrucção publica, sobre tudo o que constitue a essencia das sociedades humanas, sobre tudo o que determina a sorte dos povos no seculo em que vivemos.

Não iremos pois, Senhores, cançar a vossa attenção, provando — o que está mais que provado — que se em todo o tempo, e sob todas as diversas fórmas de regimen racionavel, a instrucção publica se tem considerado uma *necessidade*, sob um regimen liberal é ella uma condição *sine qua non* da vida social; nem tão pouco ousaremos recordar-vos que a missão mais nobre, e ao mesmo tempo a mais valiosa garantia d'um tal regimen, é a distribuição equitativa, quanto ser possa, pela massa dos cidadãos, de todas as vantagens da civilisação, entre as quaes sobresaie a da instrucção como a primeira, a mais excellente, a d'ordem mais elevada; principio este d'eterna justiça, que devêra presidir sempre a todo o trabalho legislativo, como presidiu ao do codigo fundamental, onde a cada pagina se acha estatuida a sua fiel observancia; principio cuja transgressão, por consequencia, equivaleria não só a rasgar esse codigo, mas a reduzil-o a cinzas.

Não, Senhores, não tentaremos demonstrar o que para vós e para nós são axiomas, não carecemos de recordar o que nem a vós nem a nós deve esquecer; essa doutrina, pois, cuja verdade todos reconhecemos, cuja santidade proclamamos todos, e sobre a qual assentam as vossas e as nossas convicções, é, como vereis, o mais solido fundamento de quanto vamos expôr-vos.

E com tudo, Senhores — cousa estranha! — uma opinião, que cremos em manifesta e flagrante opposição com tal doutrina, tem sido em varias occasiões e debaixo de varias fórmas emittida no seio d'esse parlamento; e finalmente agora traduzida n'um projecto de lei, que em breve terá de ser discutido, nos força a erguer a voz até que chegue a soar n'esse recinto, nos obriga a redigir esta memoria, que temos a honra d'offerecer-vos, e de recommendar á vossa consideração. Estranho é na verdade, e mais ainda que essa opinião fosse preferida, que o projecto que a encerra fosse apresentado, por quem ao alto cargo de legislador allia o venerando sacerdocio da sciencia, que aliás cultiva, confessional-o-hemos com prazer, zelosa e desveladamente.

O *projecto de lei* a que alludimos, sem duvida o tereis já previsto, é o da reforma d' instrucção publica apresentado pelo snr. deputado JULIO MAXIMO D'OLIVEIRA PIMENTEL na sessão de 7 de Fevereiro ultimo, especialmente a parte em que esse projecto manda supprimir a Academia Polytechnica.

Não queremos nem levemente duvidar da pureza d'intenções do snr. deputado, e ainda menos prevenir contra ellas a opinião da Camara ou do Publico; a Camara e o Publico, para formarem o seu juizo, aguardarão a discussão, ouvirão primeiro as razões do snr. deputado. Mas nós que estamos na convicção de que essas razões, por mais bem deduzidas que sejam, por mais fortes que pareçam, hão-de necessariamente peccar pela base, — convicção que de certo lhe não é offensiva, porque ao erro, triste e cruel socio do homem, nem as mais altas intelligencias são inacessiveis, — nós, que estamos n'esta convicção, julgamos do nosso dever levar á vossa presença as razões que se nos offerecem contra o projecto, para que possam tambem por vós ser ponderadas, e comparadas com as do seu autor.

Julgamol-o do nosso dever, dissemos nós, e repetimos; porque é o nosso dever, e não o nosso interesse, o que nos dicta este passo, o que nos inspira n'este momento. Insistiremos sobre este ponto para que ás nossas palavras se preste a attenção, que n'esta conjunctura entendemos que ellas merecem.

Se elhassemos ao nosso interesse, ficaríamos agora calados, porque elle só nos aconselharia o silencio. Mas isto é preciso demonstral-o; porque é natural que muitos leitores, talvez mesmo alguns d'entre vós, vendo-nos sair a campo contra o projecto de supressão d'um estabelecimento em que somos empregados, se pèrsuadam que só nos estimula o receio de perder as vantagens dos lugares que occupamos. Julga-nos com injustiça quem assim nos julgar; n'este caso, porém, não devemos limitar-nos a uma simples asserção; devemos proval-a, e o faremos com o mesmo projecto que combatemos.

Com effeito, Senhores, esse projecto não offende os nossos interesses pessoaes — assim elle poupasse os interesses da instrucção publica —; os actuaes lentes d'esta Academia nada perderiam, antes alguns lucrariam em vantagens individuaes, se o projecto vingasse, pois nos artigos 18.º e 20.º se lhes permite o optarem entre a jubilação ou aposentação na conformidade das leis, e o ingresso ou collocação nos novos estabelecimentos scientificos, pelo mesmo projecto creados: isto é, aos que estiverem fatigados do serviço, concede-se o descanso appetecido, poupando-lhes o trabalho d'alguns annos mais, que para o obterem teriam de servir; aos que, ainda animados pelo fogo da juventude, ou estimulados pelo desejo da gloria, aspiram a novas vantagens, a esses permite-se-lhes a continuação da carreira encetada, ou abrem-se-lhes novas carreiras talvez mais conformes com as suas vocações

e talentos especiaes. Ora a uns e a outros, claro está que o interesse pessoal aconselharia o silencio, porque o silencio os levaria mais seguramente ao alvo dos seus desejos. Não é, pois, o interesse, repetiremos, e parece-nos tê-lo assim provado, que nos move e nos inspira n'este momento; mais nobres motivos nos incitam.

Como empregados no magisterio publico, devemos ter formado, e saber sustentar, a nossa opinião sobre o systema d'instrucção que mais convem adoptar; como nascidos ou residentes n'estas provincias, devemos ter estudado o que n'esta materia lhes é mais necessario, e como membros d'esta Academia devemos finalmente conhecer se ella satisfaz, ou o que lhe falta para satisfazer, a essa necessidade d'instrucção, e se essa falta é remediada pelo novo projecto; devemos a respeito de tudo isto ter fixado as nossas opiniões, expol-as com franqueza, e defendê-las com lealdade. Se faltassemos a esses deveres, se deixassemos invadir este sanctuario, — ainda que pobre dos favores do Poder —, de que somos ministros, sem oppôrmos aos invasores ao menos os nossos brados; se deixassemos apagar de todo a alampada que foi confiada aos nossos cuidados e á nossa vigilancia — ainda que de fraca chamma, por se lhe ter quasi constantemente negado o alimento — sem desviarmos d'ella a rajada impetuosa d'este tufão *reformista*; se abandonassemos o nosso posto, logo que nos fossem garantidos os nossos interesses, ou nos acenassem com maiores vantagens, seriamos uns guardas cobardes e desleaes, e esses epithetos não queremos nós merecer.

Pedindo venia por um preambulo talvez fastidioso, mas que julgamos necessario, não tanto para justificar este nosso passo, como para dar mais força ás nossas razões, entraremos na materia.

II. O progresso em todas as vias de aperfeiçoamento social é sempre sujeito a extraviar-se, e tanto assim que muitas vezes a nossa illusão chega a ponto de nos parecer que progredimos quando realmente retrogradamos; a quietação é incompativel com a vida, a quietação é a morte; o movimento é a lei do mundo moral, ainda mais do que do mundo physico; o espirito que hoje anima as sociedades humanas tende sempre a avançar, e, impellindo-as ou arrastando-as com uma força irresistivel como que instinctiva, por assim dizer cega, pôde leval-as a topar com o precipicio, quando fecham os olhos á luz da razão, quando são surdas á voz da experiencia; por isso, ao entrar em regiões que lhes são desconhecidas, os seus primeiros passos são in-

certos e vacillantes, a sua marcha a principio não é mais que uma série de tentativas e d'ensaios, nem sempre felizes, e ás vezes bem desgraçados. Por estas duras provas, por este austero tirocinio tem passado ou tem de passar todas as nações. Com as successivas phases da sua civilisação criam-se, reformam-se e transformam-se as suas instituições, ora lenta ora rapidamente, mas sem descanso n'este movimento, mas sem treguas n'esta luta; pertence, pois, a quem dirige a marcha prescrutar o terreno, para não dar um passo em falso, para não se precipitar. Mas se na reforma de todas as instituições sociaes se deve evitar a precipitação, muito principalmente é preciso evita-la na reforma da instrucção publica, porque a reforma d'esta instituição directa ou indirectamente vae ferir todas as outras, que mediata ou immediatamente com ellas estão ligadas, que hão-de simultanea ou successivamente seguil-a ou por ella hão-de ser levadas.

Esta verdade, que pelo raciocinio podemos antever, é mais que provada pela experiencia. Por isso nos paizes que nos precedem na estrada da civilisação vemos nas reformas d'instrucção, em qualquer de seus ramos, a maior circumspecção; mais ainda quando se trata de destruir, muito mais, do que quando se trata de crear. A obra da destruição é d'um momento, a da criação de seculos; o vandalismo nas obras do espirito é muito mais sacrilego, muito mais condemnavel, do que nos trabalhos do braço humano. Nas precipitadas creações dos estabelecimentos d'instrucção podem commetter-se erros; mas esses erros nunca são tão fataes como os que se commettem na destruição precipitada dos estabelecimentos que já existem de longos annos. Devemos sempre estar prevenidos em favor d'essas creações, que teem resistido á acção dos tempos, ás vicissitudes da politica; e tanto mais quanto menos essas instituições tem obtido o favor e protecção do Poder.

Façamos agora applicação ao estabelecimento de que especialmente nesta memoria tratamos.

Quando se operava a famosa reforma da Universidade de Coimbra parecia estar escripto que toda a instrucção do paiz ficaria para sempre concentrada n'aquella cidade; o genio do grande ministro de D. José I, penetrando na vasta, e entre nós ainda esteril, região da instrucção publica, logo encarou com a Universidade, unica instituição scientifica então de vulto no nosso paiz; e no primeiro lançar d'olhos, com a penetração de que era dotado, sondou-a até ao coração, viu e conheceu toda a extensão e intensão da molestia que devorava aquelle

colosso caduco. Viu, quiz cural-a, renovar-lhe a vida; e, como para elle querer e obter eram actos successivos, com a sua vontade omnipotente fez surgir das ruinas aquelle moribundo estabelecimento, deu-lhe novas forças, restituiu-o á sua juventude, ou antes infundiu-lhe uma segunda juventude mais viçosa, incomparavelmente mais cheia d'esperanças do que a primeira; e o semi-cadaver da sciencia, que, mirrado por uma consumpção interna e carcomido não tanto pelos annos como pelos vicios, já organicos, já adquiridos, envolto nos andrajos mal serzidos de suas velhas e antiquadas galas, jazia sepultado n'um vergonhoso lethargo, subitamente se ergue magestoso e radiante sobre os torreões e améas de seu real alcaçar, alcaçar até alli tão vazio de merito e de sciencia como repleto d'ignorancia e abusos, impondo ainda pela sua grandeza material aos olhos do vulgo, mas já apenas objecto de lastima aos olhos dos pensadores, — e do alto da *cidade ridente*, e de sobre esses torreões e améas, empuchando o facho da sciencia até alli quasi apagado, proclama ao paiz a inauguração d'uma nova era para a instrucção, e por tanto para a civilização, para a grandeza e para a felicidade da nação, que elle promette elevar tanto pela energia do seu novo espirito quanto até então a abatêra com o pezo e inercia do seu velho corpo.

Na presença de mais este milagre do genio, assombrados os concidadãos de Pombal e costumados a verem o sello da immortalidade em tudo o que tocava o dedo do grande homem, todos elles se persuadiram que para sempre as sciencias se concentrariam nos paços da Universidade, e que todo o paiz ficaria para sempre avasalado a Coimbra. Errada interpretação do phenomeno social que acabavam de presenciar, uma prova mais de quanto falham os juizos dos homens sobre as obras da Providencia; sim, sobre as obras da Providencia, porque os grandes genios nada mais são do que instrumentos que ella emprega ás vezes para fins bem differentes d'aquelles que se nos afiguram.

Assim foi que o primeiro ministro d'um monarcha absoluto, arbitro dos destinos da sua nação, a qual ao mesmo tempo calcava com o pezo d'uma autoridade sem limites, e elevava com a força d'um genio sem rival, assim foi que, alçando o ferreo braço do despotismo, sem o pensar talvez, e de certo sem o querer, lhe abriu a estrada da liberdade, operando tão maravilhosas transformações pela sua propria acção como pelas reacções que provocou.

Assim foi que na instrucção publica, Lisboa quasi esquecida, e

o Porto esquecido de todo, em quanto em Coimbra só se operava a grande reforma, brevemente vieram a participar das vantagens d'essa reforma. A luz da sciencia, quando se não perde n'um deserto, é productiva sempre como a boa semente lançada em terra fecunda; esta luz d'infinita expansão não pôde concentrar-se n'um só fóco, ha-de crear novos fócos. A luz emanada da Universidade reflectiu-se pois promptamente em todo o paiz, e desenvolveu o germen da instrucção, onde quer que as circumstancias locaes permittiam esse desenvolvimento.

A obra do grande homem estava, n'este ponto, consummada, isto é, a tarefa para que a Providencia o destinara; mas a obra da Providencia não o estava, nem o está ainda. O homem fez o que lhe cumpria, acordou de seu longo e vergonhoso torpor o depositario da sciencia na sua patria; communicou-lhe com braço robusto um poderoso impulso, e depois retirou-se, porque a sua missão estava cumprida; mas este impulso necessariamente havia de produzir o seu effeito, transmittindo a todo o paiz um movimento que tinha d'effectuar-se segundo as leis dos movimentos moraes, tão exactas talvez, tão rigorosas, posto que muito mais complicadas e inintelligiveis do que as dos movimentos physicos; e estas leis, em quanto ás sciencias, consistem principalmente na disseminação e na reproducção. Com effeito a instrucção publica até ahi, por assim dizer, apenas rudimentar em Lisboa, e nulla no Porto, á luz da reforma universitaria começou a expandir-se na primeira e a desabrochar na segunda d'estas duas grandes cidades. Os estabelecimentos scientificos, que havia na capital incompletissimos, tomaram novas fórmãs e maiores proporções nos reinados subseqüentes ao do monarcha, sob cujo nome governava o marquez de Pombal; mas d'essas fórmãs, ainda nenhuma, nem as actuaes, tem o character de permanencia. A grande reforma universitaria, optima, admiravel em relação ao seu tempo, admiravel ainda hoje, e talvez sempre, caducou ou deve caducar por anachronica em muitos de seus capitulos; por que as ideias avançam sem parar e o espirito da civilisação accelera constantemente a sua marcha providencial; com a natureza das reformas sociaes, bem como de todas as obras humanas é incompativel o character d'eternas; uma reforma exige outra reforma, como um impulso exige outro impulso, para que o movimento não cesse, consumido continuamente pelas resistencias que encontra; tudo consiste, pois, em saber calcular o momento, a direcção, a intensidade d'esses impulsos ou d'essas reformas, para que o movi-

mento, o progresso, seja sempre regular quanto se deseja. N'isto se funda a sciencia de reformar.

Assim nós vêmos, referindo-nos agora particularmente á instrucção publica do Porto, assim nós vêmos no reinado de D. MARIA I surgirem n'esta cidade, além de novas escolas primarias, á imitação e como consequencia da reforma d'estudos effectuada no reinado precedente, os primeiros cursos de estudos regulares, proficuos e adequados á nova phase da sociedade; estes cursos, nimamente reduzidos em numero e extensão, pois se limitavam á nautica e desenho, não eram mais do que os primeiros assomos da luz crepuscular da sciencia sobre este horizonte. E com tudo os seus beneficos effeitos foram tão reconhecidos, que n'um documento de que vamos fallar com mais extensão, os estatutos da Academia de Marinha e Commercio, diz El-Rei D. JOÃO VI, então principe regente, «que os resultados d'elles eram bem evidentes; e a utilidade que se tinha seguido ás artes e officios, principalmente á navegação». Na evidencia de tal utilidade é que o governo d'aquelle rei se fundou para erigir no Porto novos cursos e aulas, que reuniu e encorporou n'um só systema, ou estabelecimento, o qual denominou *Academia de Marinha e Commercio*, á imitação d'outro analogo estabelecimento da capital.

Este estabelecimento creado n'uma época em que a importancia do ensino industrial e professional era ainda mal avaliada, em que o estudo das sciencias era ainda quasi exclusivamente especulativo, em que apenas começavam a entrever-se as grandes vantagens práticas de suas applicações, a reconhecer-se a consanguinidade das artes e sciencias, e a apagar-se a linha divisoria que injustamente as separava; n'uma época em que os sabios, tendo-se elevado ao fastigio das theorias, cançados d'edificar nas regiões aerias, desciam a prender e firmar a sua obra sublime — mas aos olhos do vulgo tão inutil quanto mysteriosa —, sobre o terreno do mundo pratico e social por alicerces mais materiaes de certo, mas por isso mesmo mais palpaveis e mais solidos; n'esta época, pois, a criação da Academia de Marinha e de Commercio, ainda que hoje á distancia de meio seculo — meio seculo em que o genero humano avançou mais do que tinha avançado n'um ou dois seculos antecedentes — ainda que hoje nos pareça incompletissima, esta instituição era em relação áquella época um passo gigantesco na carreira da civilisação, uma prova tão incontestavel como honrosa da illustração d'aquelle governo, e de sua tendencia civilisadora. N'ella se encontravam os rudimentos de quasi todos os ramos

das sciencias industriaes, n'ella se attendia ás necessidades do *commercio*, da *navegação*, da *agricultura* e das *artes*; e ainda que a respeito d'estas ultimas d'um modo imperfeitissimo para o que elles exigem e merecem, com tudo o sufficiente para mostrar os desejos que havia de as proteger. Já não era pouco.

Mas a Academia de Marinha e Commercio seguiu o curso de todas as instituições sociaes, ainda as mais uteis e as mais conformes com as necessidades, as ideias e as aspirações de qualquer época e de qualquer paiz. Desenvolveu-se como boa arvore que era, robusteceu, produziu os seus fructos, em quanto o terreno em que prendia as suas raizes e a atmospherá em que estendia os seus ramos eram adequados á sua organização; mas esse terreno e essa atmospherá mudaram; o paiz avançou, e aquella instituição, que concorrera para este movimento progressivo assim como as suas contemporaneas, não podia ficar estacionária, sob pena de morrer para esse mesmo paiz.

III. As guerras externas e intestinas tinham não só alterado a face da nação, mas tinham-lhe revolvido as entranhas; mais frequentes e mais intimas relações com outros povos tinham inoculado n'este nosso o germen d'uma nova civilisação; porque estas relações tinham desenvolvido novas ideias, estas ideias crearam novas aspirações, as quaes, para chegarem a realisar-se, exigiam tambem novos meios; e entre todos e sobre todos era reclamado um novo systema d'instrucção.

A revolução politica e a inauguração d'um novo regimen governamental acarretavam consigo necessariamente uma revolução no systema d'instrucção, a reforma nos estabelecimentos destinados a da-a, e a criação d'outros novos; porque um systema de governo qualquer não pôde ter estabilidade em quanto não assenta sobre a vontade e opinião dos governados; e particularmente o systema liberal nunca passará d'uma grande mentira em quanto assentar no seio d'um povo ignorante e desmoralizado.

Não podemos deixar, Senhores, de pedir-vos que noteis, antes de passar adiante, que em todô o decreto da criação da Academia de Marinha e Commercio, datado de 13 de Janeiro de 1803, se acham as provas da muita consideração em que n'aquelle tempo, ha já meio seculo e ainda sob o regimen absoluto, era tida esta cidade na opinião do governo; estas provas encontram-se quasi em cada linha d'aquelle decreto ou alvará com força de lei, mas bastará transcrever os seguintes trechos:

Art. 5.º *deverão por tanto os d'esta Academia* (Os lentes da Academia do Porto) *ter a mesma singularidade de requisitos que concorrem e habilitam os da Academia Real de Marinha de Lisboa, e o mesmo se entenda e observe a respeito dos substitutos.*

Art. 15.º *Serão os mesmos* (os feriados) *que se guardam nas academias da côrte.*

Art. 16.º *Serão constantemente praticados estes exercicios* (os exercicios semanarios e mensaes) *pelo mesmo methodo e ordem que dispõem os estatutos da Academia Real de Marinha e Commercio.*

Art. 17.º *Findo que seja o curso lectivo se procederá a exames, cujo tempo e fórma será inteiramente a mesma que se acha estabelecida na Academia Real de Marinha de Lisboa.*

Art. 25.º *poderão* (os alumnos de nautica da Academia do Porto) *tomar o exercicio d'ellas* (das cartas obtidas na Academia do Porto) *em quaesquer embarcações e portos destes reinos, entrando pela igualdade de circumstancias no mesmo paralelo e concurso dos discipulos da Academia Real de Marinha de Lisboa; pois não é da intenção de Sua Alteza Real que entre uns e outros se supponha differença alguma.*

Art. 44.º *que observem* (os lentes) *n'este procedimento* (distribuição de premios) *a mesma imparcialidade, rectidão e norma que estabelecem e recommendam os estatutos da Academia Real de Marinha de Lisboa.*

Art. 47.º *Será a mesma* (a ordem das aulas) *que se observa e que se contem debaixo do titulo semelhante em os estatutos das Academias da côrte.*

Art. 50.º finalmente *os lentes d'esta Academia* (do Porto) *gosaão de todas as honras, privilegios e distincções de que actualmente gosam os da Academia Real de Lisboa, sem que entre uns e outros lentes se considere differença alguma.*

O cuidado escrupuloso com que em todo o contexto do citado alvará o Porto era equiparado a Lisboa pelos legisladores d'aquella época é um documento irrefragavel da subida consideração em que esta cidade era tida no conceito do governo. E merecerá o Porto de 1854 menos consideração a qualquer respeito do que o Porto de 1803?

Retomemos o fio do discurso.

A Academia de Marinha e Commercio carecia, pois, d'uma reforma

radical, assim como os outros estabelecimentos de instrucção publica; mas o continuo bulicio politico, a guerra sem treguas dos partidos, quer no campo da imprensa, quer no de batalha, distrahiram a attenção publica d'este ponto de maximo interesse social; o momento opportuno, comtudo, havia de chegar; chegou, e com elle o homem ou homens predestinados para effectuar essa reforma—lei providencial!

Um pequeno intervallo de descanso, passada uma das mais memoraveis peripecias de nossas longas e desgraçadas luctas, foi aproveitado para a reforma dos estudos; e n'essa reforma foi incluída a da Academia de Marinha e Commercio. Esta Academia passou em 13 de Janeiro de 1837 a denominar-se *Academia Polytechnica*, ampliando-se os seus cursos quanto então se suppoz sufficiente para abrangerem a maior parte das profissões sociaes, lavradores, artistas, commerciantes, varios ramos de engenharia, e pilotos; e além dos cursos theoreticos foram na mesma Academia, e pelo mesmo decreto, creados estabelecimentos proprios para o ensino pratico.

Esta reforma, assim como a d'outros estabelecimentos d'instrucção, foi a mais eloquente expressão dos elevados sentimentos d'aquelle governo sinceramente patriotico; e, ainda que em parte marcada com o cunho da inexperiencia, nem por isso deixou de ser um grande passo na carreira da civilisação, um passo arrojado até, mas d'um nobre arrojo, se attendermos aos preconceitos, aos erros, aos interesses arreigados, aos obstaculos e tropeços de todo o genero que se lhe oppunham, com que era forçoso arrostar, com que arrostou, e que soube vencer aquelle governo, levando a effeito a projectada reforma; a qual para ser completa, relativamente á Academia Polytechnica, bastaria que a vontade firme e esclarecida que lhe deu a existencia continuasse a protegê-la em seu successivo desenvolvimento; o que infelizmente não succedeu.

Em fim, o actual governo, tendo recentemente dotado o paiz de *escolas especial e exclusivamente industriaes*, — mais outro grande passo aconselhado pela experiencia —, escolheu com toda a razão esta cidade eminentemente industrial, centro principal de muitos outros centros d'industria do paiz, para sêde d'uma d'essas escolas; fundações estas, que, quaesquer que sejam os defeitos que se lhes possam notar por ora, defeitos devidos á inexperiencia, inevitaveis por isso mesmo, e que só a experiencia pôde corrigir, muito honram quem as emprehende e lhes dá impulso, e, que muita mais honra lhe grangearão se elle, annuindo, como esperamos, ás instancias que lhe



dirigem respeitaveis corporações, ampliar e desenvolver a nova escola como convem a esta cidade e a estas provincias.

N'este rapido esboço historico da instrucção publica no Porto, vêmos nós o espirito da reforma partindo sempre do mesmo principio, sempre guiado pelo genio do progresso, independentemente das ideias politicas dominantes: cada reformador foi accrescentando e melhorando o que achou feito; as differentes necessidades d'instrucção foram sendo successivamente e conforme as ideias da epoca attendidas, começando pelas mais urgentes, a navegação, o commercio, a agricultura, as artes fabris, as artes liberaes, sem com tudo esquecer as letras e as sciencias; as successivas reformas foram sempre ampliações, aperfeiçoamentos d'ensino, que acompanhavam, auxiliavam e promoviam o desenvolvimento, a expansão do espirito publico, o seu progresso em todos os ramos de conhecimentos theoricos e praticos.

É agora pela primeira vez que o Porto ouve a palavra reforma, applicada á instrucção, como synonymo de suppressão, de aniquilação!

Não estranheis pois, Senhores, o seu pasmo o seu desgosto.

Mas este systema constantemente seguido em todas as reformas d'estudos no Porto por todos os governos que as emprehenderam em tão diversas épocas, dominados por tão diversas indoles politicas, seria um effeito do acaso, seria mero capricho? Não, Senhores, não é possivel: deve ter havido e haver para isso uma razão, permanente e forte bastante, que assim o determine: deve, e não é preciso fatigar o espirito, moer a memoria para a achar, ella é palpavel, apresenta-se espontaneamente.

IV. *Importancia do Porto.* — *Os serviços do Porto e os seus sacrificios á causa liberal.* — O Porto, cidade importantissima desde o principio da monarchia, a que deu o nome, não só tem sempre crescido e prosperado sem quebra, sem interrupção, sem decadencia, em virtude das suas proprias forças, a ponto de ter gosado privilegios e immunidades, — e mesmo em algum tempo um certo grau d'independencia —, que a nenhuma outra cidade de Portugal se concederam; mas as forças que em seu seio concentra prometttem-lhe por um longo futuro esse estado crescente e progressivo; de modo que, não receiamos dizel-o, se a Providencia em seus insondaveis e irrevogaveis decretos tivesse lavrado a sentença de morte de Portugal, o Porto seria o ultimo baluarte da independencia, assim como tem sido o primeiro da liberdade nacional.

E esta força, esta vida que anima o Porto, será uma cousa temporaria, contingente, phantasmagorica? Não, por certo; é tão real, tão perenne, como os fertéis montes que o cercam, ou como o caudaloso rio que banha, rio ao qual só falta a barra do Tejo para dar á sua cidade incontestaveis fóros de capital do reino.

Sim, Senhores, para nos convenceremos d'esta verdade basta desenrolar a carta de Portugal, e consultar esses dados estatisticos que possuímos, assim mesmo escassos e inexactos como são. Sim, o Porto é o centro natural de quasi dous terços da população total do continente do reino, e de muito mais de dous terços da porção laboriosa e util d'essa população; esta prerogativa deu-lh'a a natureza, não ha esforços humanos que lh'a roubem, a não serem d'uma tyrannia tal que seus effeitos teriam de sentir-se em todo o paiz, acabrunhando-o todo. A importancia do Porto ha-de sempre estar em proporção com a porção do paiz que representa, com a massa de seus habitantes, com o trabalho e riqueza d'esses habitantes, com a somma dos seus serviços á patria, com os sacrificios de todo o genero por eles feitos, com os seus tributos de sangue e de dinheiro. Esta verdade é evidente, é innegavel; querer contrarial-a, querer degradar o Porto da consideração que por tantos titulos merece, é um erro gravissimo, indesculpavel, que deshonoraria o seu auctor e custaria mui caro ao paiz.

Se uma convenção, ou se razões de conveniencia politica, se além d'isso a feliz circumstancia de se erguer sobre as margens do Tejo, e de ser por consequencia um dos melhores portos do mundo, tem dado e assegura para sempre a Lisboa a prerogativa de capital do reino, isso em nada attenua a importancia do Porto; o governo do estado, a direcção dos negocios, a indicação dos movimentos venha, embora, e deve vir, de Lisboa; mas o vigor da acção, a força d'esses movimentos parte principalmente do Porto — a experiencia o tem mostrado —; de Lisboa poderá o paiz receber a idéa, mas é do Porto que elle ha-de receber a vida. Se pois Lisboa é a cabeça, o Porto é o coração de Portugal, e mal vae ao corpo quando a cabeça e o coração se não entendem, quando estão em desavença.

Perdoem-nos, Senhores, esta digressão, que aliás não vem fóra de proposito; porque desde algum tempo a esta parte, com razão ou sem ella, tende a gerar-se em alguns espiritos mais desconfiados um certo receio de não sabemos que inexplicavel rivalidade entre as duas grandes cidades do paiz; preconceito fatal que não deve dei-

zar-se crear corpo, que deve combater-se com toda a energia, antes que elle possa calar na opinião das massas, e produzir os lastimosos effeitos que são facéis de prevêr. A vós, Senhores, ainda primeiro do que ao governo, cumpre evita-los, tornando impossivel a desharmonia entre a familia portugueza, de que vós sois os representantes; e uma das melhores occasiões é por certo esta, quando se trata da distribuição dos meios d'adquirir instrucção, e por consequencia de cada cidadão obter habilitações para ser util a si e á patria, habilitações a que ninguem dirá que tem menos direito os dous terços da população portugueza do que o terço restante.

Assim o entendeu, ha já meio seculo, o governo d'um rei absoluto, D. JOÃO VI, como se vê claramente no já citado alvará com força de Lei de 9 de Fevereiro de 1803 nas palavras: «*promover o beneficio dos meus fieis vassallos estabelecidos na provincia do norte... sendo a cidade do Porto a do mais consideravel commercio (depois da capital)... para lhes subministrar os meios de se poderem instruir e de se habilitarem plenamente para serem uteis a si e ao estado, evitando aos pais o incommodo e grandes despezas de mandarem seus filhos á côrte a procurar conhecimentos scientificos, e aquelles a quem faltarem os meios ficarem privados de terem a devida instrucção que com ella muito aproveitariam...* Esta consideração pela cidade do Porto, esta solicitude pelo commodo dos habitantes das provincias do norte, que tanta honra faziam ao governo do Senhor D. JOÃO VI, perguntaremos ainda, não a merecerão o Porto e as provincias do norte d'agora?

Em 13 de Janeiro de 1837 ainda a mereciam, como se vê das seguintes palavras do decreto que creou a Academia Polytechnica: «*Attendendo á necessidade de plantar no paiz as sciencias industriaes... e offerecendo para este fim a populosa e rica cidade do Porto a localidade mais apropriada por seu extenso commercio, e outras muitas circumstancias, podendo a Academia Real de Marinha e Commercio satisfazer até certo ponto este importante objecto logo que receba uma organização mais conveniente*»... Nas palavras que citamos d'estes dous decretos, distantes entre si *na ordem chronologica d'um terço de seculo*, e no progresso de civilisação de mais talvez de um seculo, n'essas palavras se acham epilogadas todas as principaes razões que obrigam a atender com esmero ao Porto, na partilha da instrucção publica.

Com effeito, uma cidade porto de mar na foz d'um rio extensamente navegavel, ponto de crusamento do maior numero de estradas

do paiz, centro das mais populosas provincias do reino, centro se não geometrica, de certo commercial, industrial, agricola, e politicamente, esta cidade é por força, e será sempre, o principal foco d'affluencia de toda essa população e de todos os seus productos industriaes; é, e será sempre, um grande emporio, tanto para commercio interno como para externo; é, e será sempre um centro de grande producção e de grande consumo; é, e será tudõ isto, sem o favor do Poder, sêl-o-hia mesmo a despeito d'esse Poder, se fosse licito imaginar que um Poder nacional qualquer concebesse a louca idéa d'abater o Porto; pois ainda assim, para o conseguir d'um modo permanente, seria preciso a esse tyrannico Poder não só extorquir ao Porto as riquezas que possui, arrasal-o, despovoar as provincias que o rodeam; mas até tornar de todo inabordavel esta costa, seccar este rio, ou desviar a sua corrente, esterilisar o *uberrimo torrão do Minho*, tirar ás *ribas do Douro o dom de produzir o precioso licôr, que em todo o mundo é pesado a ouro*, e ainda depois mudar a indole e natureza dos habitantes de todo este formoso cantão da Peninsula, conhecidos de ha muito pela sua actividade, amor do trabalho e caracter empreendedor: seria emfim preciso a esse Poder o que a nenhum Poder humano é dado. Por isso, dissemos, que são permanentes as causas não só da actual grandeza do Porto, mas do seu futuro e successivo engrandecimento.

Eis as verdadeiras razões porque em todo o tempo, debaixo de qualquer regimen, quando se tratou de reformar a instrucção no Porto, os reformadores *se empenharam sempre em amplial-a, e nenhum ainda patenteou a triste e impopularissima idéa de cortar-a ou restringil-a*. Em taes occasiões até parece terem os proprios governos absolutos esquecido os dogmas da sua crença politica. E, sendo assim, como podia esperar-se um procedimento contrario a este da parte dos que defendem o regimen liberal? Este regimen só se estriba com segurança no amor e opinião dos povos; e o instincto popular, que hoje repelle toda a idéa de monopolio, poderá supportar o mais injustificavel, o mais escandaloso de todos os monopolios, o da instrucção? Este regimen, que só pôde sahir do seu longo provisório, que só pôde tornar-se real, estavel, e adquirir garantias de duração, quando a opinião publica fôr esclarecida, isto é, quando as massas forem illustradas, poderá favorecer a centralisação de quasi todo o ensino, o monopolio de quasi toda a instrucção? Não: isso seria atrai-

çoar-se a si proprio, attentar contra o seu principio vital, traição, attentado que importaria o suicidio.

E se esse regimen, sob o qual a partilha das vantagens assim como a dos sacrificios deve ser feita com a mais escrupulosa equidade, não póde, sem aberrar dos seus principios, sem degenerar da sua natureza, negar a qualquer porção do povo o que lhe é mais preciso, a instrucção, ou mesmo difficultar-lh'a, como póde crêr-se que tal se consinta ou se aprove em relação ao Porto! Ao Porto!... Pois em que tem decabido esta cidade do alto conceito de que sempre go-sou? Tem definhado o seu commercio? Não: antes está hoje mais florescente do que nunca. Tem-se apagado em seu seio o amor das artes? Não: ahi está um numero immenso d'artistas laboriosos e intelligentes que desmentiriam tal asserção, sem vãs palavras, mas com o producto de seus trabalhos, que de dia para dia aperfeiçãoam, á custa de incriveis esforços; que vão progredindo já d'um modo admiravel, se attendermos aos raros auxilios que se lhes tem prestado, sempre animados d'ardentes desejos e vivas esperanças de progredir cada vez mais. Deixou o Porto de ser o centro e capital das provincias do reino mais ricas em população e em agricultura. ou empobreceram e despovoaram-se essas provincias? Não, não: apesar das guerras continuas e assoladoras que as tem devastado, e d'outras causas menos estrondosas do que a guerra, porém mais perennes e corrosivas, essas provincias florescem cada vez mais—tanta é a sua força vital!—e o Porto ainda é, e será sempre, a sua capital. Negar, pois, ao Porto o que a justiça distributiva manda conceder a todas as povoações!...

Isto, no governo liberal, seria de mais a mais uma horrivel ingratição! Pois já esqueceram os serviços do Porto, os seus sacrificios? tanta dedicação, tanta constancia, tantas fortunas perdidas, tantos riscos, tantas fadigas, tantas privações, tanto sangue derramado heroicamente em prol da liberdade da patria, a favor da dynastia reinante!?... Qual de vós, Senhores, não viu, ou pelo menos não leu o drama, glorioso sim, mas não menos tragico e doloroso, representado sobre este ensanguentado torrão? Qual de vós ignora a luta pertinaz, sublime, a todo o transe, que este povo sustentou por mais d'um anno com pasmosa coragem, com inimitavel constancia contra todos os flagellos que mais aterram a humanidade: a guerra em torno das suas trincheiras, que pouco mais eram do que os peitos e os braços de seus proprios defensores, extenuados pela fome;

a fome e a peste no seu seio, e, por toda a parte, ferindo o que ao ferro e ao fogo inimigo escapava! Se algum de vós o ignora ou d'isso duvida, se não crê na historia d'essa calamitosa época, póde ainda desenganar-se: venha vê-lo por seus proprios olhos; ainda ahi encontrará vestigios bastantes d'essa pungente verdade, ruinas e ossadas de sobejo para lh'a attestarem; ruinas e ossadas que ainda no fim de vinte annos d'assidua e civilisadora reparação não foi possível fazer desaparecer; e vinte annos, que para isso não bastaram, seriam já sufficientes para varrerem estas scenas da memoria d'aquelles que nunca as deveram esquecer? Venha, pois, quem duvidar, é quando voltar desenganado ao recinto do parlamento, onde nunca entraria, se o Porto por um só momento fraqueasse, ou succumbisse ao peso de tantas e tão grandes calamidades, consulte a sua consciencia, e veja se poderá, sem que lhe fiquem d'isso eternos remorsos, negar ao Porto o que a justiça, a gratidão, o espirito do systema, que nós proclamamos, e que elle fez triumphar, o interesse do paiz, em fim, reclamam para elle, exigem que se lhe conceda, e a que nenhuma outra terra tem mais direito: direito que o governo absoluto nunca ousou negar-lhe, antes se ufanava de lhe conceder; pejem-se ao menos d'esta comparação os liberaes desmemoriados.

V. Não pretendemos substituir a razões solidas vãs declamações; mas não sabemos tambem porque devessemos reprimir e recalcar no peito os sentimentos que, por superabundantes, nos trasbordam do coração. Comtudo, para os que descrêem ou se acham prevenidos a respeito destas expansões, e queiram julgar com mais frieza, usaremos d'outra linguagem; esqueceremos até por alguns momentos essa parte, a mais interessante da nossa historia contemporanea; e voltando ao principio d'este seculo, recordaremos novamente as memoraveis palavras, já citadas, d'El-Rei D. JOÃO VI, no preambulo ao Alvará da criação da Academia de Marinha e Commercio do Porto: *«para lhes subministrar os meios de se poderem instruir e de se habilitarem plenamente a serem uteis a si e ao Estado; evitando aos pais o incommodo e grandes despezas de mandarem seus filhos á côrte a procurar conhecimentos scientificos, e aquelles, a quem faltarem os meios, ficarem privados de terem a devida instrucção que com ella muito aproveitariam...»*

Estas razões que por si sós se fazem valer, que são superiores a toda a suspeita de parcialidade, pelo tempo em que foram escriptas,

e pela qualidade e posição das pessoas que as escreveram, não devem esquecer agora, nem ser desattendidas, mesmo por quem, prevenido, seja qual fôr o motivo, deixe de apreciar as que ficam exaradas.

Com effeito, ninguem poderá desconhecer a differença que faz aos chefes das familias que seus filhos possam receber a instrucção de que carecem junto da casa paterna, sustentando-os á propria mesa, ou que sejam para isso obrigados a mandal-os a grandes distancias, estabelecendo-lhes mesadas, o que a muitos é absolutamente impossivel e o que outros só com grandes sacrificios podem fazer; sacrificios que frequentes vezes ficam inteiramente perdidos, porque passados annos, quando já consumido o cabedal que fôra grangeado com muito trabalho e suor, e até depois de cerceado o pequeno patrimonio que elle destinava aos outros filhos, é que o pobre pai conhece que errou, intrepreatando mal a vocação do seu *estudante*; e á magua de o vêr voltar para casa, repellido da carreira que encetára com enganadoras esperanças, junta-se então a perda irreparavel do tempo, o destroço da sua pequena fortuna, e quantas vezes tambem a perversão dos costumes do mesmo filho, e esta consideração não é de menos peso do que a economica. Taes razões expostas com o calor e o tom persuasivo que só um pai lhes póde imprimir, e que todos os pais perfeitamente comprehendem, terão por mais d'uma vez feito vergar a indole inflexivel de mestres, que, não cedendo a nenhuma outra especie de empenho, não poderão resistir sempre ao empenho da dôr e da compaixão, sendo alguma vez mais indulgentes do que devêram sér; d'onde resultam para a causa publica os graves inconvenientes que pôr obvios é escusado mencionar.

O que temos dito em relação aos habitantes do Porto, é tambem, ao menos em parte, applicavel aos das provincias proximas d'esta cidade, com a qual estão em facil e frequente communicação; porque estes podem mandar a seus filhos em generos que possuam o que a grandes distancias teriam de mandar-lhes em dinheiro, que não possuem; e isto é principalmente applicavel á classe dos lavradores, como é geralmente sabido, classe tão numerosa nas cercanias do Porto, no Douro e no Minho. Desatender estas razões seria perpetuar o privilegio da instrucção em favor das classes mais favorecidas da fortuna, e em manifesto damno das mais desvalidas: privilegio odioso, monopolio tanto mais abominavel quanto mais se oppõe ás ideias do seculo e ao espirito do regimen liberal; quanto mais indis-

pensavel é sob este regimen a instrucção das massas, e quanto mais sagrado é o direito que todos os cidadãos tem a essa instrucção.

Em quanto á perversão dos costumes, a que ficam de certo mais arriscados os que em tenra idade sahem do alcance da vigilancia paterna, por grave inconveniente que seja, poderão responder-nos: é inconveniente a que muitos outros se acham sugeitos. E' verdade, infelizmente; mas nem por isso deve menos attenuar-se, ou evitar-se, quanto seja possivel; e o meio de o conseguir é multiplicar, como o permittam as forças do thesouró, os focos d' instrucção, escolhendo appropriadamente os locaes para os estabelecer. E o que deverá guiarnos n'essa escolha? Evidentemente é a distribuição da população e as facilidades de communicacão; a instrucção será tanto mais proficua, e tanto menos onerosa ao estado, principalmente naquelles estabelecimentos em que os alumnos pagam matriculas, quanto maior fôr a área em que a sua luz se derrame, ou quanto maior fôr o numero de pessoas que d'ella possam colher fructo, isto é, quanto maior fôr a população a que esses pontos sirvam de centro: nunca esquecendo que a collocação dos centros de população não depende da escolha do Poder, antes elles se estabelecem pela força de circumstancias de que raras vezes o Poder dispõe; e que por consequencia a escolha dos centros d' instrucção deve subordinar-se á situação *dos centros de população*.

Ora, sob este ponto de vista, o Porto leva decidida vantagem a todas, ou quasi todas as terras do reino, e não pôde deixar de ser escolhido para centro d' instrucção, n'um grande numero de ramos de ensino; basta vêr a configuração do nosso paiz, a distribuição da população por todo elle, e as mais circumstancias, já por nós precedentemente mencionadas. Aos habitantes das provincias do norte que estão muito mais em relação com o Porto do que com Lisboa, visivelmente será muito menos penoso mandar seus filhos estudar no Porto, não só pelo lado economico, mas até pela grande vantagem de aqui terem parentes, amigos, correspondentes, conhecidos, a quem confiem a vigilancia que elles directamente não podem exercer, e que os avisem promptamente da necessidade da sua presença; o que é incomparavelmente mais facil, de certo, do que mandal-os a Lisboa, onde as suas relações são muito menos ou nenhuma, entregando-os a si proprios e ao mundo que elles não conhecem, e que os perverte; isto, alem do grande augmento de despezas. E não se diga que este inconveniente se attenuará com o melhoramento das estradas; porque se

se attenua para Lisboa tambem se attenua para o Porto; a consequencia necessaria será, pois, que quanto mais faceis se tornarem as communicações, maior somma de população se relacionará com o Porto, e mais força adquirem, por isso mesmo, as razões que temos expellido, para que o Porto fique sendo um centro de ensino em todos os ramos d'instrucção que fôr possível.

Ainda assim não pertendemos nós que a instrucção superior, nem mesmo a profissional, fique em todos os ramos tão completa no Porto que dispense os visinhos d'esta cidade, qualquer que seja a profissão a que se dediquem, de a irem concluir a outros estabelecimentos; não pertendemos tanto por uma unica razão, porque as forças do thesouro publico o não comportam, e esse argumento é sem réplica. Mas porque não se ha-de permittir que os mesmos que se dedicarem a cursos que tenham de concluir n'outra qualquer parte os comecem e adiantem no Porto até onde lhes fôr possível, quando assim lhes seja mais commodo, e d'abi não provenha augmento de despeza para o Estado?

Em quanto á despeza com o estabelecimento de que tratamos, a Academia Polytechnica do Porto, que o projecto manda supprimir, temos a appresentar-vos, Senhores, importantissimas reflexões; e agora chegamos exactamente ao ponto em que ellas tem mais cabimento.

VI. A Academia Polytechnica do Porto é a antiga Academia de Marinha e Commercio reformada e ampliada; e *este estabelecimento d'instrucção nunca pesou, como talvez se tenha allegado, sobre o thesouro publico*. A respeito d'elle as palavras «economia do Estado», que em varias épocas teem servido de causa ou de pretexto para muita cousa, não podiam ter applicação alguma. Para sustentação d'este estabelecimento foram criados tributos especiaes, pagos por esta porção do povo portuguez, que nem por isso ficou isenta de pagar tambem para a instrucção publica do paiz em geral. Permitti-nos, Senhores, que provemos esta asserção.

O alvará com força de lei, datado de 9 de Fevereiro de 1803, pelo qual o Principe Regente, depois D. João VI, mandou erigir no Porto as primeiras aulas da Academia de Marinha e Commercio, diz assim:

§ 3.º *Que se proceda sem perda de tempo á edificação de uma*

casa no terreno do collegio dos meninos orphãos, propria para as referidas aulas que se vão erigir, e para as duas já creadas, para todas ficarem em um só edificio; facilitando-se d'esta fórma o commodo para aquellas pessoas que quizerem frequentar uma aula depois da outra.

§ 4.º *Para a despeza da construcção deste edificio, determino, que se imponha, por tempo de dez annos, um real em cada quartilho de vinho, que se vender na cidade do Porto e districto do privilegio exclusivo da mesma junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, nos mezes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro; sendo esta contribuição suave, temporaria e paga insensivelmente e o beneficio resultante do estabelecimento das mesmas aulas perpetuo e da maior vantagem e proveito para os habitantes das provincias do Norte.*

§ 8.º *Que os ordenados dos lentes, substitutos, e mais pessoas empregadas em as novas aulas, sejam satisfeitos por onde o são actualmente os de Nautica e de Desenho.*

Estes ordenados eram satisfeitos pela decima dos accionistas da *Companhia dos Vinhos*, na conformidade do decreto de 27 de Novembro e 4 de Dezembro de 1779; e como esta decima não fosse bastante para satisfazer completamente a toda esta despeza de pagamentos, por carta regia de 29 de Julho de 1803, dirigida ao dr. FRANCISCO D'ÁLMADA E MENDONÇA, presidente da Junta do cofre das rendas da cidade do Porto, se lhe deu autorisação para tirar do mesmo cofre até á quantia de 2:400\$000 reis, a fim de completar o pagamento dos professores da Academia, e dos premios que se houvessem de distribuir aos estudantes. O tributo ordenado no § 4.º, que deixamos copiado, subsistiu pelo tempo marcado no alvará; mas passados os dez annos, em 1813, achando-se ainda muito atrasada a construcção do edificio, foi prorogado por mais dez annos o prazo marcado; findos os quais se continuou a cobrar o mesmo imposto, até que, pelo alvará de 16 de Agosto de 1825, resolveu El-Rei D. JOÃO VI o seguinte:

Sendo-me presente por consulta da Ill.ª Junta da Administração da Companhia d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que para manutenção da Academia, e para completar a construcção do seu edificio não são bastantes os subsidios que pelo alvará de 9 de Fevereiro de 1803 foram estabelecidos para aquelle fim, que até ao presente se não tem podido obter senão á custa dos generosos sacrificios pecuniarios

que a Junta Inspectoral lhe tem feito de seus proprios fundos, e de que ainda se não acha indemnizada, e não soffrendo a minha paternal sollicitude e vigilancia por tudo quanto é em beneficio de meus fieis vassallos, que por mais tempo continue o estado precario e vacillante d'um estabelecimento litterario de immediata creação minha, de que tão reconhecidas vantagens tem resultado á navegação, commercio e civilisação d'estes reinos e especialmente das provincias do Norte, determinando com este designio assegurar-lhe desde logo UMA EXISTENCIA PERPETUA E INDEPENDENTE POR MEIO D'UMA SUFFICIENTE DOTAÇÃO e dar ao mesmo tempo ás suas despezas, etc. Sou servidor ordenar . . .

§ 1.º A imposição de um real em cada quartilho de vinho estabelecido só para seis mezes pelo § 4.º do alvará de 9 de Fevereiro de 1803 fica ampliada a todos os mezes do anno, devendo o seu producto ser applicado ás despezas ordinarias da Academia, á continuação do seu edificio, e ao desempenho da consideravel divida com que se acha onerada.

E o artigo 3.º d'esse mesmo alvará, prevendo ao serviço e esplendor da Academia, fundou nella a classe de oppositores á semelhança da Universidade.

Bem claro nos parece, pois, Senhores, á vista das provas officiaes que apresentamos, que esta Academia não carecia de pesar sobre o thesouro publico e viver á custa das rendas geraes do Estado, tendo uma dotação propria, resultado dum tributo especial, pago por esta porção do povo portuguez; seria, portanto, uma injustiça, uma violencia supprimil-a, e continuar a exigir o pagamento d'aquelle tributo, que ao povo foi imposto sob condições tão solemneamente estipuladas.

Este tributo, segundo o consumo medio dos ultimos annos, regulava por 18:000\$000 reis annuaes; a despeza da Academia, tanto da antiga como da actual, termo medio, orça por muito menos, devendo haver, por consequencia, annualmente um saldo consideravel em favor do estabelecimento, para o qual o tributo foi creado; e se esse tributo, desde a extincção da Companhia, se acha absorvido pelo thesouro publico, ou confundido no tributo de 8\$000 reis por pipa, que esse vinho paga ao Estado e ao Municipio, nem por isso deixa de existir, e nem por isso tambem tem o Porto menos direito a reclamar a sua applicação aos fins para que foi instituido.

Ainda mais, Senhores, quando o Estado podesse prescindir do rendimento d'este tributo especial, e alliviar o Porto d'esse encargo a maior do que o resto do paiz, — posto que por isso, á vista das outras

razões expostas, não ficava dispensado de prover á manutenção e desenvolvimento da instrucção superior e professional n'esta importantissima parte da monarchia — , ainda que, dizemos, o Porto fosse nivelado com todas as outras povoações do reino quanto ao encargo da instrucção, não deixaria ainda assim de ser credor do Estado pela quantia proveniente d'este tributo, que foi recebida, e deixou de ser applicada aos fins para que o povo a pagou, — por mais imperiosos que fosse aliás os motivos que a tal distracção tenham obrigado os diversos governos — ; e esta quantia, producto d'um saldo annual positivo e seus respectivos juros, tudo accumulado por grande numero d'annos, como se deprehende do que fica exposto, ainda é avultada; a ponto que hoje considerada como um capital a render cobriria, ou quase cobriria, a despeza da Academia.

Tem por tanto, o Porto, além do direito ás vantagens da instrucção de seus filhos, que é commum a todas as terras de Portugal, um direito proprio e especial fundado no sacrificio tambem especial com que tem sido onerado; e ainda mais o que adquiriu como credor para com o Estado.

Longe de nós, porém, a pertença de que o estabelecimento por taes meios sustentado deva ficar estacionario e intacto no meio das reformas que o progresso das sciencias e das artes exige; pelo contrario, é até um dever implicitamente imposto ao governo, e comprehendido n'aquella especie de contracto bilateral feito entre o mesmo governo e a corporação que n'este caso representava o Porto, contracto d'onde deriva a existencia da Academia, o reformal-a successivamente, mas ampliando-a; e assim se tem feito, dando o primeiro exemplo d'isso o mesmo instituidor.

Qual será o juiz recto e imparcial que, ouvindo sem prevenção as razões que temos expellido, possa negar o que *a voz da justiça, da conveniencia publica, e até da gratidão* pede, aconselha, ou exige, isto é, em vez da suppressão da Academia Polytechnica, a *sua conservação e successivos aperfeiçoamentos?*

VII. *Para a reforma proposta pelo Snr. PIMENTEL são indispensaveis as cadeiras da Academia.* — Estas razões clamam tão alto que o auctor do projecto não pôde ser surdo a algumas d'ellas, apesar do injusto preconceito que o domina; pois se por uma parte pede a suppressão da Academia, por outra corrobora a sua existencia.

Com effeito os §§ IV e V, n.^{os} 4.^o, 5.^o e 6.^o do projecto, mandam

crear no Porto: 1.º Uma Escola de Medicina e Cirurgia; 2.º Uma Escola de Pharmacia; 3.º Uma Escola Industrial, que forme Engenheiros mecanicos, chimicos e mætaurgicos; 4.º *Uma Escola Agricola*; 5.º Uma Escola de Pilotagem e, ainda que o projecto o não diz, deve entender-se tambem; 6.º Uma Escola de Commercio,—fazemos ao auctor a justiça d'acreditar que a omissão d'uma escola ou curso de Commercio no Porto não foi proposito seu, mas só lapso.

Ora ainda que a todas estas escolas o projecto parece dar um caracter de pequenez e enfezamento incompativel, inconciliavel com as necessidades d'esta cidade, com a sua grandeza, a sua opulencia, a massa de população que representa, e não menos com o valor de seus serviços no paiz, caracter que contrasta d'um modo tão visivel como inexplicavel com a magnitude dos numerosos estabelecimentos pedidos para Lisboa, apesar d'isso é claro, que a não se quererem fazer cousas anachronicas, mesquinhas, e indignas do nome que se lhes dá d'escolas profissionaes, com a tenção reservada e o firme proposito de as supprimir depois, quando a experiencia mostrasse, o que não tardaria, a sua inutilidade; a não se querer isto, a querer-se deveras que estas escolas forneçam ao paiz medicos, cirurgiões, pharmaceuticos, engenheiros, pilotos, commerciantes, artistas e agricultores proprios d'este seculo, e não da idade media, necessariamente n'aquellas escolas ha-de haver, além dos estudos especiaes e profissionaes, os estudos geraes das sciencias, de que essas profissões dependem, ou o estudo das theorias, que depois tem de se applicar na pratica; estudos que servem de guia aos outros, que devem preceder os cursos profissionaes propriamente ditos, e sem os quaes está reconhecido que em nenhuma profissão se póde caminhar ou progredir nas vias do aperfeiçoamento.

E quaes são esses estudos geraes requeridos pelas projectadas escolas profissionaes do Porto? Permitti-nos, Senhores, que os comparemos com os estudos da Academia Polytechnica. Tem este estabelecimento, pelo decreto da sua criação, onze cadeiras, que são as seguintes:

- | | | |
|---------|-----------------|---|
| Cadeira | 1. ^a | Arithmetica, algebra e geometria. |
| » | 2. ^a | Continuação d'algebra, geometria analytica e calculo. |
| » | 3. ^a | Geometria descriptiva e mecanica. |
| » | 4. ^a | Desenho relativo ás applicações das outras cadeiras. |

- Cadeira 5.^a Astronomia nautica, uranographia e geodesia.
» 6.^a Construcções publicas (vaga).
» 7.^a Zoologia, geologia e mineralogia.
» 8.^a Physica e mecanica.
» 9.^a Chimica, artes chimicas e metallurgia.
» 10.^a Botanica, e elementos d'agricultura e economia rural.
» 11.^a Commercio e economia industrial.

São estas as disciplinas que se ensinam n'este Estabelecimento, segundo o programma do Conselho Academico approvedo pelo Governo, e posto em execução desde 1839, sendo as alterações que, segundo este programma se fizeram ao artigo 157.^o dos Estatutos da Academia, permittidas pelo artigo 158.^o da Lei da reforma d'instrucção publica.

Vejamus agora quaes são os estudos geraes exigidos pelas Escolas profissionaes acima mencionadas: arithmetica, principios d'algebra e geometria, assim como desenho; isto é, a 1.^a e a 4.^a das cadeiras da Academia são indispensaveis, aquella para todas, e esta para quasi todas as ditas Escolas.

A Escola de medicina, de cirurgia e pharmacia exigem, além d'isso, physica, chímica, botanica e zoologia, que veem a ser a 7.^a, a 8.^a, a 9.^a e a 10.^a cadeiras da Academia.

Os engenheiros mecanicos, antes d'entrarem no curso de mecañica applicada e industrial, devem estudar a mecanica theorica, e para ella devem preparar-se com o estudo do calculo e algebra superior; ao menos em parte, aqui estão mais duas cadeiras da Academia, a 2.^a e a 3.^a; e mais, pelo menos, a physica 8.^a cadeira da Academia, quando queiram dispensal-os do estudo da chimica e d'outras sciencias que não sabemos como a um engenheiro, de qualquer ordem, seja permittido ignorar.

Pela mesma razão os engenheiros chimicos, antes de entrarem no estudo da chimica applicada ás artes industriaes, devem preparar-se com o curso da chimica theorica, auxiliada pelos exercicios praticos de laboratorio (9.^a cadeira da Academia), e por consequencia com o de physica (8.^a cadeira da Academia), mesmo suppondo que se lhes não exigem mais conhecimentos scientificos, o que nos parece impossivel, pelo menos em quanto á mineralogia e botanica (7.^a e 10.^a cadeiras da Academia).

Para os engenheiros metallurgicos julgamos tambem indispensa-

vel, antes d'elles entrarem no curso especial de metallurgia, e mesmo antes de frequentarem a parte dos cursos de physica e chimica industrial que lhes dizem respeito, julgamos indispensavel que frequentem, pelo menos, mineralogia, physica, e chimica geraes (7.^a, 8.^a e 9.^a cadeiras da Academia).

Os agricultores não podem prescindir d'alguns conhecimentos elementares, pelo menos de physica e chimica, e mais do que elementares de botanica (8.^a, 9.^a e 10.^a cadeiras da Academia).

O curso de pilotagem, que o projecto parece conceder como um favor ao Porto, mas que seria uma tyrannia negar-lhe, por mais reduzido que queiram faze-lo, no tempo de hoje exige necessariamente, além dos preparatorios de mathematica, alguns conhecimentos, pelo menos elementares, de physica (8.^a cadeira da Academia) e o curso d'astronomia nautica (5.^a cadeira da Academia).

Finalmente o curso do commercio, de que o projecto não faz menção, mas que a pesar d'isso não pôde nem ha-de deixar d'existir n'uma praça commercial como esta, estuda-se na 11.^a cadeira da Academia.

Vê-se, pois, que todas as escolas profissionaes carecem do auxilio d'alguma ou d'algumas das disciplinas que se estudam nas diversas aulas da Academia, ainda que essas escolas profissionais sejam reduzidas ao *minimum* admissivel no meado do seculo XIX; porque, querendo-lhes dar o desenvolvimento correspondente ás necessidades e conveniencias d'um publico tão numeroso como o que d'ella se pôde aproveitar, então ainda esses estudos são insufficientes, e as aulas ou cursos da Academia deverão ser mais numerosos e mais ampliados.

A isto só poderão replicar-nos que não é preciso que subsista a Academia, porque cada uma d'essas escolas profissionaes terá annexas, ou fazendo mesmo uma parte integrante d'ellas, as aulas indispensaveis em que se estudem essas disciplinas.

Ora vejamos que vantagem pôde offerecer semelhante systema, que é o systema do projecto.

Por este modo sendo as escolas profissionaes independentes e cada uma d'ellas com as aulas d'estudos theoreticos que lhe forem indispensaveis, em vez d'uma aula do 1.^o anno mathematico, de arithmetica, algebra e geometria, teriamos cinco; em vez d'uma aula de physica, teriamos pelo menos tres, e outras tantas de chimica; em vez d'uma aula de botanica teriamos pelo menos duas; e assim a respeito d'outras. Além d'isso o numero de substitutos teria de ser maior do

que se todas estas aulas se achassem reunidas n'um só estabelecimento; o mesmo aconteceria com os empregados subalternos, assim como com os estabelecimentos annexos a essas aulas, isto é, bibliothecas, gabinetes de machinas, laboratorios, etc.; accrescendo que, além de ser visivelmente muito mais dispendioso um tal systema, ficaria sempre muito menos proficuo, porque necessariamente estes fragmentos d'instrucção dispersos ficariam muito mais incompletos, tanto na parte doutrinal como na parte pratica e experimental, do que unindo-os e combinando-os de maneira que formassem um só instituto, escola, ou Academia—como quizessem chamar-lhe, porque o nome pouco importa—, que seria complementar de todas as escolas profissionaes, formando, além d'isso, um curso ou cursos de sciencias mathematicas, physicas e historicos-naturaes, de que poderiam aproveitar-se muitas pessoas, cujos destinos fossem diversos d'aquelles a que póde guiar a frequencia das mesmas escolas profissionaes creadas no projecto a que nos referimos.

VIII. Estamos intimamente convencidos de tudo o que temos asseverado; e por isso nos parece que todos os que prestarem attenção ás rasões aqui expendidas ficarão com a mesma convicção que nós temos, isto é, de que a *justiça*, o *dever*, a *conveniencia politica e social*, o *interesse do paiz*, emfim tudo até o projecto de reforma do snr. deputado JULIO MAXIMO D'OLIVEIRA PIMENTEL, tudo conspira em favor da Academia Polytechnica, tudo exige a sua conservação e aconselha o seu melhoramento.

Com tudo, Senhores, para sermos imparciaes, não omittiremos as rasões que pela sua parte apresentam os inimigos da Academia, para sustentarem a suppressão que propõem, e cohonestarem, que não justificarem, o seu vandalico empenho.

Seremos imparciaes como sempre convem aos que defendem a verdade, e a defendem por convicção; não carecemos do auxilio da mentira ou do véo do disfarce; ao contrario, Senhores, nós seremos os primeiros a desenrolar na vossa presença, e sem receio algum, os argumentos a que os inimigos da Academia, porque infelizmente todas as instituições os tem se soccorrem, para obterem a queda d'este estabelecimento d'instrucção, que alguns d'elles ha muito tempo já, com fins mais ou menos injustos, por meios mais ou menos indignos, andam tramando.

Fal-o-hemos sem receio, porque a rasão e a verdade, que estão

do nosso lado, teem armas para pulverisarem esses pertendidos argumentos, sem que um só possa resistir-lhes.

Os pontos em que se fazem fortes os inimigos da Academia reduzem-se aos quatro seguintes: *a despeza que o Estado faz com este estabelecimento; o proveito que o publico tem colhido da Academia não corresponder ao que se esperava; os defeitos d'organização d'este estabelecimento;* e, finalmente, não tendo mais para que appellar, avançam até que o *espírito da população do Porto é avêssô ás sciencias e ás letras!*

Responderemos agora a cada um d'estes pontos, seguindo a ordem por que ficam exarados.

1. Em quanto á despeza, depois do que a este respeito expendemos, estamos dispensados de combater tal argumento; porque elle nem pôde entrar na liça em presença das especialissimas circumstancias, em que, por documentos d'incontestavel auctoridade, provamos achar-se a Academia. Mas ainda que taes circumstancias especiaes se não dêsem, que valor tem semelhante argumento? *Qual é o economista illustrado que lamenta a despeza feita com a instrucção publica, a mais productiva de todas as despesas?* Qual é o sincero amigo do povo que o quer privar do que mais preciso lhe é e condemnal-o á ignorancia, isto é, á miseria e abjecção, com o traçoeiro pretexto de o alliviar de tributos, não vendo, ou não querendo vêr, que este tributo é de todos o menos oneroso, porque reverte directa e immediatamente em proveito de quem o paga? Zêlo estúpido e cego, quando não seja hypocrita e pharisaico.

Demais nos temos demorado n'este ponto, em resposta ao qual nos podiamos limitar á citação das paginas d'esta memoria, onde copiamos as providencias que para a manutenção da Academia creou um governo ainda dos tempos chamados d'obscurantismo, porém que já então via com bastante clareza, para, em materia d'instrucção e de economia, não abraçar tão nesçia, se não hypocritamente, a nuvem por Juno.

2. O 2.^o argumento é formulado nos seguintes termos: « não tem correspondido ás esperanças do publico o proveito que d'esta Academia se tem colhido. » E' este o argumento que nós mais minuciosamente devemos analysar, e que combateremos com mais serie-

dade; porque assim o exige a verdade, a justiça, e até o nosso pessoal pundonor.

Os que semelhante accusação fazem á Academia, parece não serem senão malevolos detractores; se quizessem ser juizes imparciaes, em lugar de se exprimirem d'aquelle modo, deveriam dizer: «tem-se negado á Academia toda a protecção, de que ella carecia, para preencher os fins para que foi creada»; isto é, deviam nas suas queixas ou recriminações referir-se á causa, e não ao effeito, que, ainda suppondo ser como elles dizem, é inevitavel; e que só removida a causa poderia tambem desaparecer. Falta de protecção, d'aquella protecção devida a todas as instituições d'esta ordem...

Sim, Senhores, com magoa o dizemos, porém somos forçados a isso: a Academia é, no projecto de reforma a que nos referimos, sentenciada á morte, sem ao menos ser ouvida na sua causa; pois bem, a despeito de quem tal sentença lavrou, a Academia erguerá a voz em defeza propria. Nos transe a que a levaram ninguem lh'o estranhará; e, como á borda da sepultura que o projecto lhe cava são inadmissiveis meias verdades, a Academia dirá a verdade inteira e sem rebuço.

A expressão «falta de protecção», que acima empregamos, é n'este caso uma expressão menos exacta, por extremamente moderada: a verdade é que, pouco depois de creado, foi este estabelecimento votado quasi sempre ao mais *completo abandono*, negando-se-lhe todos os recursos de que precisa para satisfazer os encargos do ensino a que a lei da sua criação o obrigava, cerceando-lhe muitas das prerogativas d'instrucção que a mesma lei lhe concede, e que a utilidade publica reclama, e minando-se-lhe, por diversas vezes e por varios modos, os alicerces. As incessantes representações do conselho academico sobre todos estes pontos apenas, e a largos intervallos, tem obtido algumas promessas tão depressa feitas como esquecidas.

E entre essas promessas fallazes de melhoramentos e as *surdas ameaças d'aniquilação* tem esta Academia vivido vida precaria e penosa até agora; vendo-se além d'isso carregada com o duro peso de uma responsabilidade que lhe não compete, e que tem supportado silenciosa, para desviar o odioso d'aquelles mesmos que tanto e tão injustamente a tem desattendido.

Não ha, Senhores, a minima exaggeração no que acabamos de expôr-vos; ahí vão as provas do que vos asseveramos.

Na lei da criação da Academia Polytechnica lê-se o seguinte no artigo 165.º: — *Além dos estabelecimentos que actualmente pertencem á*

Academia, terá mais um Gabinete d'Historia natural industrial, um Gabinete de machinas, um Laboratorio Chimico e Officina Metallurgica, um Jardim Botânico e Experimental. Estes estabelecimentos serão organisados debaixo do plano dos estabelecimentos pertencentes á Faculdade de Philosophia, em conformidade dos Estatutos da Universidade na Parte 3.^a, Tit. 6.^o, Cap. 1.^o, 2.^o, 3.^o e 4.^o, havendo-se respeito ao seu destino especial, que é o aperfeiçoamento das artes.

§ 1.^o *O Jardim Botânico servirá tambem para uso da Escola medico-cirurgica; porém a sua intendencia pertence ao lente de Botanica, ao Director da Academia e ao Conselho academico, nos termos do Regimento. Haverá n'este estabelecimento uma parte destinada para os ensaios d'agricultura.*

E que meios se tem concedido á Academia para organizar estes estabelecimentos, que a lei de 13 de Janeiro de 1837 lhe annexou, e para os conservar, assim como o Observatorio, que já por lei n'ella existia quando Academia de Marinha? Para organização e sustentação de todos estes estabelecimentos, sem os quaes o ensino das sciencias mathematicas, physicas e historico-naturaes é necessariamente incompletissimo, e o das sciencias industriais absolutamente impossivel, quaesquer que sejam aliás as habilitações e os esforços dos mestres — para organização e conservação de tudo isto nada absolutamente se tem concedido á Academia! Nada, nenhum auxilio pecuniario, e, até ha bem pouco tempo, nem d'outra qualquer especie.

O que a Academia recebe para todas as suas despezas reduz-se a 400\$000 réis, que já recebia quando era Academia de Marinha; mas então só para despezas d'expediente, e agora para essas mesmas, que augmentaram muito, para concertos do edificio, para todas as despezas extraordinarias e eventuaes; e só o que de tudo isso crescer é que pôde applicar-se á organização e manutenção d'aquelles estabelecimentos, cada um dos quaes, depois d'organizado, só para subsistir d'um modo não vergonhoso absorveria toda a consignação dos 400\$000 réis, unica que se concede á Academia para fazer face a tudo! Consignação que, só desde ha muito pouco tempo, tem recebido com regularidade, e que, apesar de exigua como é, já lhe foi cerceada em alguns annos.

A' vista d'isto parece-nos podermos avançar que o pouquissimo que esta Academia possui em material indispensavel para o ensino, além do pouco que herdou da antiga Academia de Marinha e Commercio, é quasi um milagre de economia, que teria sido por certo

mais bem avaliado, se ella, em vez de estar a cincuenta legoas da capital, estivesse dentro de seus muros.

Mas não é só na *mesquinhez ou negativa de recursos pecunia-rios* que esta Academia tem soffrido *desfavor*; tem-se até por vezes, e d'um modo que não ousaremos classificar, *procurado subtrair-lhe ou afastar d'ella os alumnos*. A lei da creação da Academia de 13 de Janeiro de 1837, diz no artigo 163.º, que os Estatutos da antiga Academia de Marinha e Commercio de 29 de Julho de 1803 ficavam vigorando a respeito da Academia Polytechnica em tudo o que não foi de outra maneira estabelecido nos decretos d'aquella reforma litteraria de 1837. Ora os alumnos da antiga Academia de Marinha e Commercio eram admittidos na Academia de Fortificação em paralelo com os alumnos da Academia de Marinha de Lisboa, e isto não por favor ou abuso, mas em conformidade ao que se acha expresso nos Estatutos da mesma Academia de Marinha e Commercio no § 25.º, já copiado n'esta Memoria. Depois da reforma da instrucção superior de 1837, e em virtude do citado artigo 163.º d'essa reforma e d'outros que poderíamos citar, que fazem parte do regulamento da Academia Polytechnica, continuaram os alumnos d'esta Academia a ser admittidos na Escola do Exercito, que veio substituir a antiga Academia de Fortificação; e n'isso não havia tambem favor nem abuso, havia um direito d'esta Academia, e uma conveniencia para o publico inteiro, mas ainda mais para o Exercito, direito e conveniencia que ainda ha pouco um dos mais distinctos lentes da Escola Polytechnica de Lisboa, e actualmênte representante da nação portugueza, reconheceu na discussão que n'essa camara teve lugar por occasião da proposta de lei sobre o ensino preparatorio para a Escola do Exercito; reconheceu-o e assim o exprimiu nas seguintes palavras: "*Estou persuadido que a camara ha-de ser logica e justa, porque, se ella conceder a igualação entre Lisboa e Coimbra, não ha-de deixar de a conceder tambem ao Porto, porque a Academia do Porto tem mais o character de escola preparatoria para habilitações . . . Eu me congratulo que esta discussão tivesse proporcionado occasião de me declarar procurador da cidade invicta n'esta questão. Ninguém pôde hesitar em se constituir espontaneamente defensor d'uma boa causa . . .*" Embora a intenção do illustre opinante, empregando este argumento, fosse defender indirectamente o exclusivo de tal ensino para a escola a que pertence, n'estas palavras presta-se reconhecimento e homenagem á verdade.

Pois, Senhores, apesar d'esse direito da Academia Polytechnica,

já confirmado por varios modos pelo governo, porém mui clara e positivamente no decreto de 6 de Novembro de 1839, approvando o regulamento para os actos da mesma Academia; apesar d'essa evidente conveniencia para o publico em geral, e particularmente para o exercito, pela maior parte aquartelado ou estacionado nas provincias do norte; apesar das continuas representações e reclamações d'este conselho academico, — foi, d'um modo que não ousaremos qualificar, mas que de certo não era nem legal nem leal, esbulhada a Academia da prerogativa, que desde o começo gosára, de preparar os militares para a frequencia dos cursos especiaes das diferentes armas.

Principiou-se este ataque á Academia, não por uma ordem decisiva e franca apresentada sem reboço á luz do dia, mas por uma especie de guerra de mina, por umas insinuações particulares e semi-mysteriosas, dirigidas aos commandantes dos corpos; no que bem se via que os instigadores e os forjadores de taes medidas tinham a consciencia da injustiça que praticavam ou promoviam, e que não achando apoio nem nas leis, nem na boa razão, nem no interesse publico, appellavam para novos habitos que arteiramente queriam ir estabelecendo. Pois os que então, por um procedimento tão pouco louvavel, combatiam a Academia, são, cremos nós, os mesmos que ainda hoje a combatem e lhe minam a existencia. A lei da criação do conselho superior de instrucção publica, abrindo lugar ao voto d'esta Academia no seio d'aquelle conselho, poderia tê-la talvez salvado das difficuldades em que a lançaram algumas disposições viciosas das reformas d'estudos, operadas depois da sua instituição; mas esta disposição da lei favoravel á Academia tem sido para ella até agora letra morta; pois ainda n'aquella corporação lhe não foi concedido um representante seu, que advogue a sua causa ou antes a causa da instrucção publica no Porto, e nas provincias, a que o Porto serve de centro.

IX. De todos os estabelecimentos d'instrucção superior do paiz este de que tratamos, a Academia Polytechnica, tem sido indubitavelmente o menos favorecido; talvez porque lhe tem faltado o bafo animador da cõrte, que vivifica a Escola de Lisboa, e não póde ostentar a massa ou o vulto, e a influencia da Universidade. E nem ao menos tem encontrado n'estes dous estabelecimentos (promettemos dizer toda a verdade) as sympathias e a sincera coadjuvação que tinha direito a esperar, que a communhão scientifica; a categoria do ma-

gisterio, em fim o progresso e aperfeiçoamento da instrucção publica com todos os interesses sociaes que a ella andam annexos ou d'ella dependem, deveriam aconselhar-lhes, á primeira como irmã, que o é pelo menos em quanto ao nome e á origem, e á segunda como mãe commum de todos os estabelecimentos scientificos e litterarios de recente data, que brotaram da sua reforma, ou que á sombra d'ella se tem desenvolvido.

E em taes circumstancias diz-se com estudada ou fingida admiração, que da Academia Polytechnica se não tem colhido o proveito que se esperava!

Mais natural, mais bem cabida seria essa admiração por se ter d'ella ainda assim mesmo tirado algum proveito, por ella ter podido resistir a tantas contrariedades, por não ter já morrido de inanición.

E, com tudo, Senhores, aquella asserção é falsa, ou pelo menos muito exaggerada. Por certo se teria colhido d'este estabelecimento muito melhor fructo, se se lhe tivesse dado a protecção que a justiça, a razão e a conveniencia publica estão aconselhando, se se lhe não tivessem negado os recursos que a lei lhe manda facultar, e que o conselho academico tem constantemente sollicitado. Mas ainda assim não são tão escassos e enfezados esses fructos, como os seus inimigos e detractores os pintam. *O termo medio dos alumnos que tem frequentado regularmente a Academia Polytechnica*, deduzido dos ultimos cinco annos, dá 110 alumnos por anno e 200 matriculas, sem contar os que tem frequentado como ouvintes registrados, que em algumas aulas tem sido bem numerosos, frequencias com que tem visivelmente aproveitado esta população em geral e em especial algumas das suas classes; nem os alumnos do Lyceu, que é considerado pelo art. 161.º dos estatutos da Academia como secção d'ella.

Parece-nos que em quanto a *numero d'alunos* não se acha a Academia Polytechnica em condições muito inferiores ás das outras escolas e faculdades analogas. Fazemos esta observação em resposta aos que, para deprimirem a Academia, quizerem alegar a falta de frequencia das suas aulas; mas devemos declarar que ao argumento da falta ou diminuição de frequencia não damos a importancia, que muitos erradamente lhe dão, entendendo que elle justifica sempre supressão d'uma escola. Este ponto, pela malicia d'alguns e pelo errado preconceito de muitos, mereceria ser tratado com mais desenvimento; mas nem aqui poderia dar-se-lhe bastante, nem d'elle carece a elevada intelligencia das pessoas a quem nos dirigimos.

Depois de mencionar o numero dos alumnos, segue-se fallar do seu *aproveitamento*, o qual certamente depende, não só da diligencia dos mesmos alumnos, mas tambem, e principalmente, das habilitações dos mestres, do seu zêlo, do methodo d'ensino que adoptam, e dos meios praticos para o auxiliarem; importantes condições sem duvida são estas, para que um estabelecimento d'instrução prospere e se acredite. Mas ainda que todas ellas faltem, não é isso motivo sufficiente para supprimir uma escôla ou academia, quando ha razões d'utilidade publica, taes como as que ficam expostas, que imperiosamente exigem a sua conservação. A falta d'aquellas condições no grau requerido é um grande mal, mas é um mal temporario e facilmente remediavel; em quanto que a suppressão, sendo um mal muito mais grave, é além d'isso permanente.

Entretanto, Senhores, as condições de que acima fallamos, não consentiremos nós que se diga, que faltam n'esta Academia: a humildade seraphica é uma virtude sublime sem duvida, até divina, se tanto é licito dizer; mas por isso mesmo não cabe em peitos humanos e peccadores como os nossos. Não estranheis, pois, Senhores, que em resposta a qualquer voz anonyma e calumniadora, que ouse deprimir este estabelecimento nas pessoas dos seus empregados, lembremos o que só uma tal provocação nos obriga a recordar, isto é, que as *habilitações dos lentes d'esta Academia* são da mesma ordem que as dos lentes dos outros estabelecimentos analogos; que os conhecimentos que elles possuem foram bebidos nas mesmas fontes, que passaram pelas mesmas provas; e que não são menos honrosos nem menos authenticos os documentos que podem apresentar.

Em quanto ao *zêlo que teem* mostrado no desempenho dos deveres do magisterio, assim como em quanto ao methodo d'ensino que teem adoptado, nada lhes cumpre dizer, porque isso seria arvorarem-se juizes em causa propria; tem elles porém a consciencia, de terem procurado supprir pelo seu trabalho a incrível escassez dos meios praticos d'ensino, que é a grande difficuldade com que esta corporação tem luctado; e para vos poder informar do resultado d'essas diligencias, e d'esse trabalho, esta corporação appellará para o juizo, ou antes citará a sentença já proferida por esses outros estabelecimentos, quer seja a Universidade de Coimbra, quer sejam as Escôlas de Lisboa; pois todos os discipulos d'esta Academia, militares ou d'outras classes, que tem ido graduar-se em alguma faculdade, ou completar o seu curso em alguma escôla profissional, mesmo estrangeira, todos

elles, felizmente, sem excepção tem merecido a consideração de bons estudantes, quasi todos de muito bons, e muitos talvez, a maior parte tem obtido premios e honrosas distincções n'esses outros estabelecimentos, com muita satisfação nossa, como é natural. Alguns dos filhos d'esta Academia acham-se exercendo o magisterio superior, não só no paiz, mas até fóra de Portugal. Os que n'ella tem frequentado regularmente os cursos de engenharia, que segundo a lei da sua creação lhe incumbe ensinar, de certo a não desacreditam, posto que esses cursos na parte pratica se achem, como já temos dito, incompletissimos.

Boas esperanças de os vêr completos — é tambem uma verdade, e por isso não deve occultal-a esta Academia no acto de confissão a que a obrigam — boas esperanças de vêr completos esses cursos, ou pelo menos alguns d'elles, n'esta cidade, tinhamos nós concebido; esperanças inspiradas pelo benevolo acolhimento que o actual governo tem dado a varias representações d'esta Academia, ha tantos annos já desavesada de taes acolhimentos.

E estas esperanças deverá matal-as o projecto do snr. deputado PIMENTEL? Ousamos crêr que não.

3. *Os defeitos d'organisação* da Academia Polytechnica servem de base a outro argümento, que contra ella empregam os seus inimigos. Não negaremos nós o que n'esta asserção ha de verdade. Ha, sim, Senhores, defeitos d'organisação n'este Estabelecimento; mas o meio de remediar esses defeitos será acabar com elle? Excellente reforma! Pelo menos é a mais prompta, é a que menos fatiga o espirito do reformador; é uma fiel imitação d'aquella barbara lei de Esparta, que votada á morte os recém-nascidos, cujos defeitos phisicos se julgavam incuraveis. Imitação! Que dizemos nós? É a sublimação, é a quinta essencia d'essa barbara jurisprudencia, porque aqui os defeitos não são incuraveis; pelo contrario para os fazer desaparecer basta um traço de penna do legislador. Ha defeitos d'organisação n'este estabelecimento? Ha. E que admira isso? O contrario é que devera causar assombro, o contrario seria um milagre superior ás forças do homem, porque o *fiat lux* só pertence a Deus. Este estabelecimento era novo inteiramente entre nós, era um ensaio n'uma categoria d'ensino até então desconhecido no paiz, e queriam que sahisse logo obra acabada? Isso era querer o impossivel. Um nobre arrojio lhe chamámos nós, sublime lhe poderíamos chamar; sublime até n'essa mesma desordem, n'essas incoherencias que se lhe notam. A missão

do genio é crear; o trabalho de ligar e coordenar de certo é tão honroso como indispensavel, mas é trabalho para que basta o talento e a boa vontade.

Conscios d'estas verdades, e vendo quanto os ministerios costumam ser ephemeros no regimèn constitucional, os ministros que referendaram o decreto da creação da Academia Polytechnica quizeram aproveitar os momentos que passavam no poder para plantarem no paiz todas as instituições que julgaram uteis, — embora em alguns casos se enganassem, porque eram homens —, e segural-as com o esteio da lei, deixando ao tempo o seu aperfeiçoamento, e com razão; porque no trabalho do aperfeiçoamento o tempo é um elemento indispensavel mais do que todos — honra seja a quem assim procedeu e a quem tal procedimento imitar.

Quem creou este e outros estabelecimentos da mesma data não se deixou cegar pelo amor de pae; bem viu que a sua obra tinha imperfeições, e não só as conheceu, mas estatuiu os meios de se irem remediando; lá está, para prova do que dizemos, o artigo 158.º da lei da reforma litteraria a que nos referimos, com o seu § unico.

Depois dos proprios reformadores, e de certo muito antes que acordassem do seu espasmo, os que agora tanto vociferam contra os defeitos d'organisação d'este estabelecimento, o *conselho academico estudou esses defeitos*, pediu e propôz as modificações que julgou convenientes. E para provarmos com um documento, que todos podem consultar, por que passou pelo prélo, que a prioridade da descoberta não pertence aos detractores da Academia, seja-nos licito transcrever os seguintes trechos do preambulo ao programma dos estudos publicado com approvação do governo pelo conselho d'esta Academia, logo no primeiro anno em que funcionou: « *N'este trabalho (o programma) o conselho academico empregou todo o zêlo de que se présa, procurando aplanar as difficuldades que encontrou na grande variedade de cursos combinada com o pequeno numero de cadeiras, que talvez uma indispensavel e restricta economia não permittiu augmentar, e conciliando quanto possivel o bem geral da sciencia com o destino particular de cada classe d'estudantes, tendo em toda a consideração, etc...* Os professores da Academia Polytechnica estão bem longe de persuadir-se, que nos trabalhos que agora apresentam ao publico tenham tocado a meta de perfeição; elles ficaram mesmo muito áquem dos seus desejos, por causas que não está ao seu alcance remover, e que só com o tempo irão desaparecendo... Elles serão sempre doces ás lições da

experiencia, fazendo ou admittindo para o futuro as innovações que ella aconselhar, sem repugnancia alguma, porém com toda a circumspecção...» Assim se exprimia o conselho d'esta Academia em 1838, e desde então até agora não tem cessado de lembrar e propôr todas as medidas, relativas ao estabelecimento a seu cargo, que julga urgentes, para que elle possa preencher os fins, a que foi destinado; isto não só nos seus relatorios do fim de cada anno, mas em muitas outras representações, que repetia em todas as occasiões, que julgava opportunas.

Escusado será dizer que n'essas representações não se propunham, *nem se pediam suppressões, pediam-se antes ampliações*, que sem offender os preceitos economicos levassem mais ao completo o quadro dos cursos da Academia, sobre tudo na parte pratica. Estes nossos desejos vêmol-os agora em parte já realizados, pelo estabelecimento das escolas profissionaes, cuja inauguração esta Academia saúda com prazer, acolhendo as recém-chegadas como a irmãs destinadas a marcharem com ella de mãos dadas pela estrada da sciencia ao templo da verdadeira civilisação; e até porque n'ellas vê novas garantias da sua conservação e melhoramentos; pois cedo ou tarde se ha-de conhecer a reciproca dependencia entre ellas e esta, e a vantagem de harmonisal-as todas para o ensino.

Poderá o raio vibrado no projecto contra a Academia romper esta harmonia no systema de Instrucção publica, aniquilando aquella de taes instituições que naturalmente serve de centro a todas as outras? Parece-nos que não.

4. O ultimo dos argumentos que empregam os que trabalham pela destruição da Academia Polytechnica, funda-se em que o *espírito da população do Porto é, dizem elles, pouco affeiçãoada ao estudo*; accusação injusta, argumento inconcludente, ainda que não fosse falso, porque a instrucção que se dá no Porto não é só para os habitantes d'esta cidade, mas de tres provincias; perfeito absurdo, emfim, que não deveriamos talvez descer a combater. Mas como não ha absurdo que não tenha já tido, ou que não possa aspirar a ter, a sua voga, não o deixaremos passar desapercibido; ha-de pois este presumido argumento ser, como os outros, annullado. Essa tarefa, porém, é facil: bastar-nos-ha para desmentir os calumniadores citar os nomes d'alguns dos muitos filhos illustres d'esta terra: ANDRADE CAMINHA, PEREIRA BRANDÃO, SOARES DE BRITO, JERONYMO DE MENDONÇA, SÁ E MENEZES e EANNES D'AZURARA em tempos antigos; JOSÉ MONTEIRO

DA ROCHA, JOÃO PEDRO RIBEIRO, FERREIRA CARDOSO, FERREIRA BORGES, em épocas mais modernas: e, posto que as honras da apothese não sejam para os vivos, não podemos deixar de nomear dous, que por excepção já as receberam em vida, ALMEIDA GARRETT e SILVA PASSOS.

Basta para provar que, se o Porto em todo o tempo tem produzido braços robustos e peitos incansaveis para defender a patria, ou enriquecel-a pelo trabalho, tambem sabe produzir talentos, e mesmo genios para illustra-la, já nas sciencias e nas letras como oradores, como escriptores, como estadistas, já nas artes, em cujos fastos se lêem com distincção, entre outros nomes portuenses, os nomes de PINHO E SILVA, de VIEIRA O PORTUENSE, como pintores; de JOAQUIM CARNEIRO DA SILVA, como gravador; de JOÃO JOAQUIM ALLÃO, como estatuário; de JOÃO JOSÉ BRAGA, como escultor; de PEDRO DO PORTO e ALEXANDRE JOSÉ PIRES, como musicos; sem fallarmos nos que ainda vivem, muitos dos quaes começam agora, mas já sob os mais lisonjeiros auspicios, brilhantes carreiras.

E' digno de observação, e agora para o nosso intento ainda mais, o quanto aqui o sexo feminino é favorecido pela natureza, assim na cultura das letras como das bellas-artes; dizemos que para o nosso intento ainda mais, porque attendendo ao systema d'educação seguido até agora no nosso paiz, os talentos que n'esse sexo se manifestam são todos naturaes. Em todos os tempos o Porto tem contado no seu seio nomes femininos celebres nas artes e nas letras: D. ISABEL BROWN e D. ISABEL MARIA RITA, habilissimas pintoras; D. BERNARDA FERREIRA DE LACERDA, eximia escriptora e delicada miniaturista; e ainda recentemente D. MARIA MARGARIDA FERREIRA BORGES, cujo talento em escultura tocava o prodigio; além de outras muitas entre as que ainda vivem, cujos nomes poderiam tambem com justiça mencionar. Tudo isto, parece-nos, prova com a maior evidencia que não se dá no Porto circumstancia climaterica ou local que influa desfavoravelmente no espirito dos portuenses e mais habitantes d'este cantão.

Preveniremos ainda a abjecção que nos poderiam oppôr, observando-nos que tambem AMPHION, PINDARO, HESIODO e EPAMINONDAS, e a famosa e formosa CORINA eram de Thebas, e que nem por isso Thebas deixava de ser a capital da Beocia; mas para os que assim insissem em chamar ao Porto a Beocia de Portugal ha uma resposta sem replica.

A aparição a longos intervallos de talentos extraordinarios e

privilegiados pôde em certos paizes olhar-se como uma compensação á deficiencia intellectual, ou ao desprezo pelo saber na massa da população; mas o Porto responde triumphantemente a esta injusta allusão. Sim, porque o Porto offerece na sua historia exemplos d'amor pelas sciencias, que talvez em terra alguma de Portugal se encontrem: a *Academia de Marinha e Commercio*, o primeiro estabelecimento scientifico do Porto, é o resultado das diligencias *d'uma companhia commercial* — a *Companhia das Vinhas do Alto Douro*; a *Academia Poytechnica*, assim como a *Escola Medico-cirurgica* e a *Academia de Bellas-artes* foram creadas no Porto durante o ministerio d'um de seus mais benemeritos cidadãos, filho d'um lavrador das cercanias d'esta cidade, digno representante da classe agricola, e elle mesmo hoje, qual outro CINCINNATO, depois de ministro de Estado, simples lavrador tambem. E a *Escóla Industrial*, cuja recente creação se deve ao actual governo, foi precedida e é coadjuvada por uma escóla analoga, creada por uma associação d'artistas portuenses.

Por esta fórma, todas as classes em que se acha dividida a grande maioria da população do Porto, cadà uma por seu turno, e como que á porfia, tem desmentido a calumniosa accusação que, umas vezes disfarçada e capciosamente, e outras sem recato nem pejo, tem apparecido a respeito do seu pretextado desamor ás sciencias.

Mas, Senhores, quando mesmo tal accusação tivesse fundamento, que conviria então fazer? Não é claro que por isso mesmo se deveria promover, despertar esse amor, esse fogo sagrado no seio d'uma grande população, que tantos sacrificios tem feito pela liberdade, quando a todos é evidente que n'um regimen liberal a instrucção publica é a alma da sociedade?

Ou quer alguém que os habitantes do Porto sejam condemnados, qualquer que seja a sua vocação, a herdar de seus paes e a transmittir a seus filhos certas e determinadas occupações, limitando-lhes ainda o circulo d'estas? Haverá entre nós quem defenda, ou quem promova o absurdo systema social da India, ou do Egypto dos Pharaós, e deseje vêr tambem a população portugueza repartida em raças adscripticias, a profissões invariaveis? E' incrível semelhante aberração do espirito na Europa; com tudo o monopolio da instrucção em favor de alguns privilegiados, aos quaés unicamente, por circumstancias especiaes, fosse permittido o accesso ás sciencias, vedado ou difficultado aos outros, levar-nos-hia a esse absurdo. Se não foi a ignorancia o que primitivamente separou, é ella de certo o que ainda

hoje detem a uma distancia infinita, os Sudras e os Parias dos Naires e dos Bramanes.

No tempo e no lugar em que vivemos tal hypothese seria inadmissivel, e inadmissiveis tambem, por consequencia, mais reflexões a semelhante respeito.

XI. Bem quizeramos nós terminar aqui esta Memoria, breve em relação ao assumpto de que n'ella se trata, posto que longa e já fastidiosa, pelo modo porque vae redigida; com tudo, Senhores, somos obrigados a implorar-vos benigna attenção por mais um momento ainda.

Nada diremos ácerca da reforma, ou abolição de outros estabelecimentos d'instrucção, ameaçados pelo projecto de lei, porque seria fazer uma affronta a seus naturaes defensores o tomar-lhes o passo no empenho de sua justa defesa. N'este ponto limitar-nos-hemos a renovar os nossos votos contra o *espírito de centralisação ou monopolio das sciencias*, que parece dominar em todo o projecto, o qual, para uma grande parte do paiz, mais se pôde por isso mesmo chamar d'aniquilação do que de reforma d'instrucção publica.

Não podemos, porém, ficar silenciosos, lendo o ultimo paragrapho do projecto; e, sem fazermos côro com os que n'elle encontram motivos bastantes para duvidarem da sinceridade do seu auctor, faremos sómente algumas reflexões sobre o modo, que alli se propõe, para levar a effeito a projectada reforma.

Em these, francamente o confessaremos, Senhores, não podemos approvar estas transmissões ou cedencias reciprocas, entre os diversos poderes do Estado, das faculdades e attribuições que a lei fundamental a cada um d'elles assigna; porque essas cedencias ou transmissões, seja qual fôr o nome que se lhes dê, são outras tantas aberrações da ordem no systema constitucional, e outros tantos argumentos que se fornecem aos inimigos deste systema. Quizeramos sobre tudo que os representantes do povo nunca subdelegassem os poderes que d'elle recebem, porque isso em geral não os acredita perante os seus committentes e diminue o prestigio da representação nacional.

Não negamos, com tudo, que em certas hypotheses, e algumas já por vezes verificadas, taes aberrações são inevitaveis, principalmente em quanto o systema não está completamente organizado e bem radicado no paiz, ou quando tem occorrido um transtorno de ordem no Estado; nem negaremos os bons serviços que, mesmo entre nós, o Po-

der executivo tenha feito á nação, á sua liberdade e civilisação em algumas d'essas occasiões.

Mas quando, como agora, graças á tolerancia e moderação que mantem a harmonia no seio da familia portugueza, nenhum d'esses transtornos ha, nem julgamos se devam receiar, parece-nos que as rodas do systema constitucional podem funcionar com a regularidade que seria para desejar sempre; e por isso nos admiramos de que o Snr. deputado, auctor do projecto, no § a que nos referimos, proponha que se lance sobre o Governo um encargo que pertence á Camara.

Admira-nos, porque não é o Governo que o pede, antes, nas discussões sobre assumptos analogos, o Governo tem mostrado a mais estricta imparcialidade, abstendo-se mui louvavelmente de lançar em nenhum dos pratos da balança o peso da sua influencia. O Governo não pede, nem supomos que deseje um encargo que lhe não compete, o peso e responsabilidade d'um trabalho em que não tomou a iniciativa, uma auctorisação para levar a effeito medidas que elle não propoz, e cuja impopularidade talvez muito bem conheça, uma empreza que, além de ser alheia, o iria envolver em grandes embarços até financeiros, uma tarefa além d'isso de natureza inteiramente opposta á que elle tem desempenhado até agora na repartição da instrucção publica; pois que o Governo até agora tem edificado, e agora teria d'aluir, o que de certo lhe seria muito mais penoso.

Não podemos comprehender o motivo d'esta proposta do Snr. deputado; pois encarado o projecto pelo lado brilhante, não sabemos como o Snr. deputado quer privar-se a si e aos seus collegas, da gloria que lhe resultaria d'uma reforma geral d'instrucção publica. Se o encaramos pelo que elle tem de arduo e ingrato, não podemos tambem conhecer a razão porque o Snr. deputado queira sobrecarregar o Governo ainda mais do que elle se acha.

Não se creia porém, Senhores, que estas nossas reflexões exprimem receio da ingerencia do Governo n'esta reforma de que se trata, ou a mais leve desconfiança das intenções do mesmo Governo a respeito d'esta Academia; pelo contrario, tem elle dado exuberantes provas de sympathia por este estabelecimento. Já em varios pontos da presente Memoria temos patenteado esta mesma idéa, não com o fim de endereçarmos ao Poder actual uma d'estas adulações triviaes e sedições que tanto envilecem quem as profere como quem se compraz em ouvi-las; mas porque a verdade, que nós veneramos acima de tudo, assim o exige á vista dos factos que passamos a relatar.

O actual Governo preencheu os lugares que achou vagos de substitutos conforme a proposta deste conselho, poz a concurso os lugares de guardas especiaes do laboratorio e jardim botanico, deu o terreno para este jardim, havia muitos annos sempre pedido em vão, e esperamos que dará os meios para a sua cultura; pagou com a maior promptidão possivel os premios aos alumnos, que o conselho julgou dignos d'essa distincção; tem tambem pago sem demora nem descontos a quantia consignada no orçamento para as despezas d'expediente da Academia; e sobre tudo *creou as escolas profissionaes*, que, consideradas como complementos d'esta Academia para o ensino, satisfazem em grande parte os desejos manifestados e as propostas dirigidas repetidas vezes por este conselho academico aos Governos anteriores.

Supprimir ou annullar um estabelecimento ao qual se tem dado taes provas de sympathia e consideração, seria uma incoherencia, que nós não podemos suppor no Governo de S. M.

Porém, Senhores, de que servem á Academia estas boas intenções do Governo actual para com ella, sendo approvedo o projecto? De nada, por que, se o projecto vingar, vós entregais-lhe esta Academia já supprimida.

Ignoramos, Senhores, qual será a vossa resolução. Seja qual fôr cumpre-nos respeitá-la. Esperamos, porém, que se a Camara decidir que fique a projectada reforma a cargo do Governo, lhe não imponha a clausula de supprimir esta Academia, attendendo ás muitas e mui poderosas razões que n'esta Memoria vos expomos, as quaes, nos parece, antes dictariam a clausula ou condição opposta, isto é, a da conservação e aperfeiçoamento da Academia Polytechnica do Porto.

CONCLUSÃO. — Por ultimo, Senhores, não devemos occultar-vos que nada receamos do projecto. Não, Senhores; a Academia Polytechnica é uma das corças d'oliveira e louro, que a primeira Rainha Constitucional de Portugal, a excelsa D. MARIA 2.^a, de saudosissima memoria, suspendeu com suas mãos ainda tenras, quasi infantis, na espada vencedora do gigante Douro, d'este Porto, em cujo seio ella sentia pulsar o coração de seu Pai, pouco depois de sentada no throno, onde elle a elevou sobre seus hombros robustos, corôa viçosa d'esperanças, e que só o halito gelado do *mais injusto e inexplicavel desdem* podia emmurcheecer.

Desatal-a, desfolhal-a, atiral-a ao chão, quando ahi estão ainda

quentes as cinzas da Augusta Instituidora, isso poderá propôr-se a outro qualquer, menos ao marido extremoso que d'ella recebeu com as rédeas do estado os seus compromissos d'eterna gratidão ao Porto, os sinceros e fervorosos desejos que a animavam pela felicidade e, por consequencia, pela instrucção dos seus subditos, sobre tudo quando o progresso d'essa instrucção exigé não a aniquilação d'este estabelecimento, mas antes o seu aperfeiçoamento. Reverdecêl-a, ornal-a de novas flôres, isso sim; isso é o que nós esperamos, por que será o cumprimento do que ella prometteu na sua ultima visita, na sua despedida...; isso é o que o Porto espera, não só da paternal solicitude do Rei regente e do seu illustrado Governo, mas do patriotismo e sabedoria do Poder legislativo.

Não considereis, Senhores, estas palavras como um appello para o sentimentalismo; o que aqui lembramos não podia esquecer ás pessoas a quem nos referimos. Se assim não fosse nós calariamos, até para não despertar dolorosas recordações, esta circumstancia, de que aliás não careciamos para reforço dos invenciveis argumentos que ficam precedentemente exarados e d'outros que omittimos por não sermos nimamente prolixos, e porque elles não podem escapar á vossa penetração.

Sabemos quanto em papeis d'esta ordem fica deslocado o sentimentalismo, nem quizeramos que elle preponderasse nos conselhos do Estado, porque muitas vezes é elle mau conselheiro. Se tivéssemos o dom de commover, em taes casos concentrariamos no peito a nossa voz, para não desviar as discussões do caminho traçado pela austera e fria razão. Mas nós temos a certeza de que não fomos com estas palavras acordar uma idéa adormecida; é impossivel que ella não esteja ainda viva na mente de todos.

Entre tanto, seja qual fôr a influencia que essa idéa possa exercer sobre a decisão da proposta, na posição em que nos achamos era um dever nosso não ficarmos silenciosos quando tão fortemente provocados a defender a causa, de que nós somos advogados natos. Cumprimos, como podêmos, esse dever que nos impunha a nossa consciencia; agora aguardaremos tranquillos a resolução que a vossa vos dictar.

(Porto, 1 de Maio de 1854).

Representação em favor da Academia Polytechnica do Porto

SENHOR! Na historia de todas as nações é citada com louvor a franqueza dos subditos quando falam a seus soberanos; e na historia da nossa patria, historia tão familiar a V. M., frequentes e nobres exemplos se encontram d'essa franqueza, sempre benignamente acolhida pelos mais illustres entre os illustres antepassados de V. M., os quaes nunca hesitavam em revelar até a rudeza das palavras, quando a havia, em homenagem á verdade que ellas exprimiam.

Este procedimento leal é para todos, e em todo o tempo, um dever; e se entre os povos que viviam sob o regimen absoluto quem sabia cumpril-o se tornava credor d'admiração, era só porque sem um rasgo d'ousadia, sem um arrôjo mais que vulgar, não poderia transpor a espessa muralha que do povo separava o monarcha. Mas hoje em Portugal—onde essa muralha se alluio para sempre, onde o Rei é o chefe supremo d'homens livres, e os subditos são cidadãos; onde, em todas as relações entre o monarcha e o povo, ao temor e ao servilismo succederam o sincero e respeitoso affecto, a mutua dedicação;—hoje em Portugal a falta de cumprimento d'aquelle dever, o simples disfarce na bocca dos que se dirigem ao seu benevolo Soberano, seria indisculpavel; e seria até um crime quando elles teem a seu cargo *a alta missão de ensinar a verdade*, invocada sob qualquer titulo, encarada por qualquer face. Por isso, Senhor, os abaixo assignados, lentes da Academia Polytechnica, tendo agora a honra d'elevant a sua voz perante V. M., serão, como lhes cumpre, francos, leaes e verdadeiros em tudo o que teem a expôr.

Só um caso excepcional, só um motivo extraordinario, podia obrigar os abaixo assignados a irem n'estes momentos de jubilo importunar a V. M.; mas esse caso, esse motivo deu-se infelizmente.

Ha muito tempo, Senhor, que se trama contra o magisterio publico exercido nas provincias, especialmente contra os estabelecimentos d'instrução superior do Porto, e mais especialmente ainda contra a Academia Polytechnica; tem-se tentado por diversos modos a sua ruina; e se ainda a não conseguiram completamente, se ainda não appareceu Hercules para este Anteo, é porque a terra, de cujo seio

elle surgiu, lhe communica a cada novo abalo uma porção da inexgotavel força vital que ella encerra, e que anima tudo o que d'ella brota.

Não querendo fatigar a attenção de V. M. sobre a *historia d'este Estabelecimento d'instrucção*, limitar-nos-hemos a dizer que tendo começado no reinado da Snr.^a D. MARIA I, tendo sido levado pelo Snr. D. João VI, que o denominou Academia de marinha e commercio, no principio d'este seculo ao maior grau de desenvolvimento a que n'aquella epocha se podia aspirar; em 1837, no reinado da Augusta Mãe de V. M., a primeira Rainha constitucional dos portuguezes, a Snr.^a D. MARIA II de saudosa memoria, mudou de titulo passando a chamar-se Academia Polytechnica; e com este novo titulo recebeu tambem nova fórma, novos desenvolvimentos, e mais amplo destino. Em todos estes reinados viu o Porto com reconhecimento e gratidão que se attendia ás suas necessidades e aos seus direitos, melhorando-se gradual e successivamente de reinado para reinado este Instituto scientifico, seu, propriamente seu; porque, differentemente do que tem acontecido com os d'outras cidades, foi elle creado e alimentado a expensas, não do thesouro publico, mas d'este povo exclusivamente. Até 1837, pois, a palavra reforma applicada á Academia do Porto significou sempre ampliação, aperfeiçoamento; desde essa epocha porém a mesma palavra applicada á mesma Academia passou a significar o contrario, passou a ser synonyma de ruina, destruição, aniquilação, para conseguir a qual nenhum meio se tem poupado, nem ainda os menos decorosos. Illudiram-se capciosamente as prescripções mais favoraveis á Academia contidas na lei da sua creação, recusáram-se-lhe sem rebuço os meios indispensaveis para satisfazer á importantissima missão que lhe fôra incumbida. Os laboratorios, os observatorios, os gabinetes de machinas, os museus, o jardim botanico, emfim todos os estabelecimentos annexos á Academia Polytechnica, e destinados, e indispensaveis ao ensino pratico das sciencias que n'ella são professadas, mandados crear pela mesma lei de 1837, tudo ficou letra morta. As repetidas representações, as instantes supplicas do Conselho academico ou não obtinham resposta, ou a recebiam em termos sempre desanimadores, *algumas vezes até desabridos*; nem para a continuação do edificio que, em meia construcção ainda, já ameaça ruina, e nem sequer para os reparos necessarios a fim de evitar o desabamento do que está feito, se tem concedido meios sufficientes, chégando este mísero estado a ponto de, por vezes em algumas aulas, correrem grave risco lentes e estudantes de ficarem esmagados debaixo do tecto e das

paredes. Por via de regra a resposta a todas as reclamações, quando se dignaram responder, póde reduzir-se a trez palavras: «não ha dinheiro!»! *Não ha dinheiro, nem ao menos para obviar á queda e total ruina d'um dos mais bellos edificios do Porto*; mas não faltaram meios para se construir *ab imis fundamentis*, e com grande luxo, a Escola Polytechnica de Lisboa, e para dotal-a de todo o dispendioso material que exige o ensino dos seus cursos, — em relação a alguns até com profusão. Enquanto na Escola Polytechnica e outros Institutos da capital se abriam novas aulas, e se creavam novos cursos, deixavam de se prover, ou se omittiam no orçamento as cadeiras que vagavam na Academia Polytechnica.

Longe de nós, Senhor, a mais leve ideia de condemnar as despesas feitas com a instrucção publica em qualquer districto de Portugal, muito menos na capital do reino, *porque nenhuma despesa achamos tão productiva como esta*. Superiores ao ignobil sentimento da inveja, folgamos sempre com o desenvolvimento de toda a instrucção em qualquer ponto do nosso paiz. Mas é por isso mesmo que mais profundamente nos punge a *injustiça* com que vemos tratado o Instituto a nosso cargo, injustiça que se reflecte convertida em affronta sobre as faces do Porto, injustiça que ataca e offende não só os mais sagrados direitos, os mais caros interesses, mas até a dignidade da heroica população d'esta cidade, e de todo o paiz a que ella serve de centro social.

Entregue por tal modo ao mais *indesculpavel abandono*, luctando sempre com difficuldades que pareciam insuperaveis, esta Academia teria morrido d'inanição, se no seu corpo docente não houvesse o zelo e dedicação de que faz timbre, que não alardêa, mas que n'este momento não lhe é licito calar. A falta d'apparelhos e machinas tem sido em parte supprida pelos lentes, até onde os seus meios lh'o permittem; á suppressão de cadeiras tem-se obviado, tomando a seu cargo os substitutos o ensino permanente das materias que n'ellas se liam; e, por muitas vezes, encarregando-se alguns dos lentes da regencia de duas aulas, sem pedirem remuneração alguma. D'estes esforços e sacrificios não temos esperado nem esperamos outra recompensa, senão a que achamos nas nossas consciencias, servindo-nos de lenitivo o termos conseguido que os alumnos d'este abandonado Instituto possam hombraer no nosso paiz e nos estrangeiros com os alumnos d'esses outros Institutos bem dotados, protegidos, afagados pelos governos, e orvalhados até pela regia munificencia. Nem uma palavra d'animação ou de louvor, estimulo,

incentivo nenhum, temos recebido; ao contrario, para este Conselho parece estarem só guardadas expressões duras e asperas, estranhando-se-lhe até por vezes o seu próprio zelo no serviço. Mas não é só o *sacrifício de tempo, d'interesses e de saude*, que os membros d'este Conselho teem feito; ha outro infinitamente mais custoso, mais doloroso, a que elles se teem resignado.

Uma cidade como esta, celebre no mundo pelo seu glorioso nome, attrahe a seu seio muitos visitantes nacionaes e estrangeiros; em todos elles, principalmente nos ultimos, é natural e muito louvavel o desejo, a curiosidade de conhecerem primeiro que tudo os estabelecimentos d'instrucção, que olham como o thermometro da civilisação do povo; estas visitas, que deviam lisongear-nos e regosijar-nos, são para nós motivo de *tristeza, pejo e receio*: que veem esses visitantes — alguns dos quaes tão auctorisados, que podem com uma só palavra crear ou destruir o credito, não só d'uma corporação mas d'um governo e d'um paiz —, que veem elles aqui vêr? Que podemos nós mostrar-lhes, senão a nudez das paredes, a escassez, a inopia mais completa de tudo quanto deve ornar o recinto d'estabelecimentos d'esta ordem? A sua admiração, não pelo que vêem, mas pelo que deixam de vêr, confrange-nos; o seu discreto silencio opprime-nos; as suas reflexões ferem-nos, porque por mais polidas e cortezes que sejam envolvem sempre uma condemnação severa, condemnação que devia recahir sobre outros, mas de que nós somos as victimas, porque o nosso silencio lhes faz crer que é nossa a falta. Uma palavra só bastaria para nos tirarmos d'esta posição humilhante e salvarmos a nossa responsabilidade, seria sufficiente apontar com o dedo para as requisições feitas e repetidas por nós, e indeferidas, tendo-as collocado previamente no lugar onde deviam estar os objectos requisitados; era-nos licito fazê-lo, e não sabemos se um dia, perdida toda a esperança, esgotada toda a paciencia, quebrada a corda do soffrimento, faremos o que ninguém pôde estranhar-nos: a condemnação recahiria então sobre os verdadeiros culpados; nós ficaríamos salvos, é verdade, mas a opinião ácerca da civilisação do paiz desceria, peioraria tanto mais quanto mais elevada elles conhecem ser a origem d'estas misérias. Que fazer em tal caso? Mais um *sacrifício pela patria*, submettendo-nos resignados a essa cruel sentença que não merecemos, tomando sobre nossos hombros a *pesada carga d'ignominia* que nos não pertence. Mas quem até agora nos tem agradecido este immenso sacrificio? Quem, sequer, tem prestado attenção a este acto de pa-

triotismo? Até agora ninguem; comtudo, V. M. o saberá avaliar, conhecendo, por esta nossa exposição, quanto tem de pungente e amargo esse sacrificio para homens que se presam de pundonorosos.

D'onde provém esta *guerra*? Qual é a causa d'esta *perseguição acintosa*? Onde estão os inexoraveis inimigos d'este Estabelecimento, ou antes da instrucção publica do Porto? Por muito tempo os procurámos debalde no parlamento, na imprensa, em todos os campos de discussão; viamos apenas sombras mal delineadas e fugitivas, que nos escapavam, que se desvaneciam, quando d'ellas nos acercavamos; ouviamos apenas eccos confusos e encontrados, repetindo uma toada inintelligivel que de modo nenhum podia ser uma resposta ás nossas perguntas, eccos d'uma voz que parecia vir das trevas. E nós procuravamos com lealdade esses adversarios, queriamos que nos esclarecessem com as suas luzes, queriamos tambem que escutassem as nossas reflexões, queriamos emfim uma discussão placida, desprevenida, imparcial, como o assumpto o merecia, como a boa fé, a sã razão, o bem da instrucção do paiz o aconselhavam, como a cathegoria dos opinantes o exigia: vãos desejos, illusorias esperanças, nos embaláram assim durante o longo tracto de 1837 a 1854.

N'essa época porém, já era tempo, vimos pela primeira vez entrar na arena, de vizeira erguida como leal cavalleiro, um dos campeões inimigos, e arremessar-nos a luva, que nós sem hesitar levantámos. Sim, Senhor, foi só em 1854 que, pela primeira vez, soou no recinto do Parlamento uma voz, aliás auctorizada, propondo clara e peremptoriamente a aniquilação da Academia Polytechnica. Respirámos então, porque era emfim chegado o momento por que havia tanto tempo anciavamos; e embora fosse quasi completa a divergencia entre as nossas idéas e as d'aquelle opinante sobre tão grave assumpto, soubemos desde logo apreciar a nobreza d'este proceder, e ainda hoje lhe agradecemos o ensejo que nos deparou de patentearmos as nossas idéas sobre assumpto tão momentoso. Como o projecto a que alludimos tinha de ser discutido, apressámo-nos, como deviamos, a offerer ao parlamento os dados e esclarecimentos que estavam ao nosso alcance, expondo ao mesmo tempo as nossas opiniões e convicções com a modestia, mas tambem com a firmeza, que nos cumpria empregar; para que o Parlamento, ponderando imparcial e conscienciosamente as nossas idéas e as dos nossos adversarios, pudesse resolver a questão do modo mais justo e mais conveniente ao paiz: dirigimos, pois, a todos os Senhores Deputados da nação portugueza uma

“Breve memoria sobre a instrucção publica superior no Porto e nas provincias do norte,” da qual, pedindo respeitosamente venia, temos a honra de offerecer um exemplar a V. M. — N’esse opusculo, analysando o projecto em questão, sem olvidarmos as atenções que o seu auctor por muitos titulos nos merece, combatemos a idéa de supressão por elle emittida; e sustentámos a de reforma, ou antes de reformas successivas, como nós primeiro que ninguem já tínhamos consignado no nosso 1.º programma de 1838, mas reformas tendentes todas ao *desenvolvimento*, ao *aperfeiçoamento do ensino*, e ao maior *aproveitamento* de talentos e de vocações; tudo conforme o espirito e a letra da lei da criação d’esta Academia.

Com grande magoa nossa o citado projecto não chegou a ser discutido; apparentou-se mesmo que elle fôra condemnado a dormir o somno eterno nos archivos da respectiva commissão; mas o que agora parece é que o tal projecto apenas alli fora hibernar, ou passar o estado de chrysállida durante este longo periodo de 10 annos, porque, para recuperar o movimento, ou para completar a metamorphose, precisava a luz e o calor vivificante do Conselho geral d’Instrucção Publica. O projecto sumiu-se então; é verdade, não foi discutido; mas tambem as nossas idéas nem foram rebatidas nem attendidas; tudo voltou ao anterior *estado anomalo, cahotico, insupportavel*: da parte de nossos inimigos a mesma guerra de mina, os mesmos tiros d’emboscada, a mesma estrategia tenebrosa; da nossa parte, a mesma perseverança, a mesma resignação, os mesmos sacrificios; das mansões do poder, com rarissimas excepções, e estas rapidas ephemeras como o relampago, a mesma protecção e auxilio a nossos adversarios, o mesmo *abandono e esquecimento* para comnosco.

Sumiu-se o famoso projecto; mas este desaparecimento a ninguem illudiu. O Porto e a numerosa população das provincias, que aos Institutos d’esta cidade vem buscar a instrucção de seus filhos, população felizmente mais illustrada, mais dedicada ao estudo do que alguem pensa, não se deixou embair por aquella prestidigitação; já não estamos n’esse tempo, desenganem-se elles. Toda esta população, que tão claramente havia patenteado a sua reprovação ao nefasto projecto, guiada pelo instincto da sua propria conservação, pois no seculo em que vivemos já ninguem ignora que a conservação da grandeza, da importancia, da prosperidade e do progresso moral e material dos povos tudo se baseia sobre a instrucção, — esta população, dize-

mos, desconfiou da manobra e ficou desde então de sobreaviso, prestes a bradar áleria ao primeiro ameaço.

Eis que agora, agora mesmo, surge entre ella; e com rapidez electrica vò de bocca em bocca o rumor de que as idéas do infesto projecto de 1854, adoptadas pelo Conselho geral d'Instrucção Publica, vão ser postas em vigor, e já, e sem nenhuma das attenções que a prudencia aconselha, e que a justiça e bõa fé recommendam. Brada áleria a imprensa sollicita pela bõa causa; d'ahi o alarme e o descorçoamento diffundindo-se pelo's alumnos, pelas suas familias, e pelas familias de todos os que aspiram á instrucção de seus filhos, finalmente por todos os que tem coração para sentir uma injuria.

N'esta conjectura, nós, que devemos ser atalaia's permanentes d'este abandonado, pobre, mas ainda prezado sanctuario da sciencia, cuja guarda e defeza nos está confiada, poderemos ficar mudos espectadores do que se passa em torno de nós? Não por certo: mas se nos cumpre ser vigilantes, não menos tambem devemos ser moderados e circumspectos; em simples boatos não nos era licito fundar queixas ou representações; não esquecemos os nossos deveres. Procurando, pois, aquietar os animos e attenuar os receios que de hora para hora tomam maior vulto, tratámos d'indagar a origem ou fundamento de tal noticia.

Grande e mui desagradavel foi a nossa surpresa, ao sabermos, com uma certeza equivalente a official, que a noticia é verdadeira, que effectivamente o Conselho geral d'Instrucção Publica tinha votado que na Academia Polytechnica se fizessem alterações, ou antes mutilações de tal ordem, que bem justificam todos os receios, todas as queixas de que os jornaes d'esta cidade estão sendo orgãos; e que essa medida, approvada no Conselho geral, tinha já subido a instancias superiores no Ministerio do reino e no da guerra. Não é este o lugar nem esta a occasião de analysar tal medida; só o faremos quando ella sahir a lume; e ainda assim mais por attender á origem d'onde parte do que ao seu proprio valor; pois, sendo ella como se affirma, fica abaixo de toda a refutação. Causa lastima vê-la subscripta por nomes tão respeitaveis como são alguns dos que alli figuram; custa a comprehender como alguns dos membros d'aquella corporação, que, pelo seu longo e aturado estudo, pela sua vastissima erudição, pela sua intelligencia superior, se tem elevado ao apice da gloria litteraria, tivessem um momento em que, esquecendo a missão sublime que da Providencia receberam e que até agora com tanta gloria sua e da nação tem prehenchido, *a missão d'illuminar, descessem tambem a empu-*

nhar o apagador; contradicção inexplicavel, triste contraste, pesadêlo dos genios, que assim provam que tambem são homens. E quem sabe?... a vida compõem-se de contrastes...; ha ondulações na alma, e uma descida annuncia uma subida: *aliquando bonus dormitat Homerus*; a aguia ás vezes, ao sahir do seu ninho inaccessible, antes de transpôr a região das nuvens, como para armar o vôo, deixa-se indolentemente cahir até rastejar o chão; mas, quanto mais baixo desce, tanto mais se eleva depois. Se a taes caprichos são sujeitas, se taes devaneios tem aquellas aguias do Conselho geral, preparemo-nos para admirar alguns novos prodigios d'engenhos tão privilegiados; e assim o esperamos, pois que, parodiando o grande poeta, podemos a respeito de cada um d'elles dizer

Mas não pôde um *descuido* pôr-lhe nodoa,
Que lh'a não *lave o arrojo e ousadia*
Dos *altos pensamentos* que em si cria.

Isso nos consolará ao menos da magoa que nos causa o vêl-os prestar o auxilio do seu nome aos inimigos da instrucção do Porto, d'esta cidade que sempre se presou de prestar-lhes as mais sinceras homenagens da sua veneração.

A medida proposta pelo Conselho geral é na essencia o mesmo que o projecto de 1854, a anniquilação da Academia; a differença vae só nas fórmãs de que se reveste, e no nome que se lhe dá: é o mesmo projecto apresentado mais capciosamente, envolvido n'uma nuvem, mas tão diafana que não é preciso ter vista muito perspicaz para lobrigar atravez d'ella o tão mal disfarçado fim que seus auctores querem attingir. Não se propõem n'elle clara e abertamente a supressão da Academia; mas supprimem-se desde já os seus principaes cursos; nos outros comprimem-se, amalgamam-se, atropellam-se as doutrinas, achata-se e torce-se o ensino, tornando-o até impossivel; faz-se de tudo isto um *imbroglio*, substitue-se a uma Academia um disparate; e quando esse disparate fôr conhecido, quando a sua inutilidade fôr demonstrada, a consequencia necessaria é a sua completa supressão.

No assedio desde ha muito preparado contra a instrucção superior do Porto é a Academia Polytechnica o ponto escolhido para o primeiro ataque, é contra ella que se assesta a artilheria, é por ella que esperam abrir brecha. Conseguindo-o, invadindo a praça, faz-se então *razia* com-

pleta: a Escola Medico-Cirurgica ficará reduzida a um curso de sangradores, quando muito, assim lhe está já prophetizado e essas prophcias correm impressas; o plano está denunciado. Vencido o baluarte do Porto, passarão a manobrar menos clandestinamente contra Coimbra; e só darão por terminada a campanha, quando tiverem obtido o exclusivo, o monopolio do ensino superior em Lisboa, que é este o grande *desideratum*.

Não querendo cançar mais a benovola attenção de V. M., cingir-nos-hemos unicamente ao ponto principal d'esta nossa representação. Depois de termos exposto o motivo que nos obrigou a recorrer ao Throno, o attentar-se violentamente contra o Instituto que nos foi confiado; depois de termos exposto quaes os fundamentos em que a firmamos, informações que para nós tem a força d'officiaes; depois de declararmos que a medida nos parece absurda, *anti-progressista, infesta á sciencia, attentatoria contra os direitos d'uma grande parte de Portugal e indecorosa para todo elle*; e que usando dos direitos que nos assistem como cidadãos d'um paiz livre havemos de combatê-la no campo e com as armas do raciocinio, embora como funcionarios nos queiram violentar a cumpril-a;—resta-nos accrescentar que, além dos mencionados vicios, se nos affigura que ella tem outro ainda maior, muito maior, o da illegalidade na essencia e na fórma.

Com effeito, Senhõr, poderá chamar-se legal uma medida seja qual fôr o titulo que lhe dêem, que vae assim d'encontro ás leis vigentes, alterando, desorganizando e destruindo um Instituto por ellas creado; uma medida que assim derroga artigos e disposições legaes, forjada como que sobrepticamente na ausencia do Parlamento, quasi nas vespas da sua abertura, sem um poder dictatorial previamente concedido pelas Côrtes? Se tal medida fôr assim illegal, como se nos affigura, cumpre-nos declarar ainda mais: que nós, fieis aos principios de que V. M. é o primeiro e mais escrupuloso mantenedor, nós costumados de ha muito a repellir toda a especie d'usurpações, sabermos com a lei na mão cumprir o nosso dever, imitando no circulo das nossas attribuições os nobres exemplos que de V. M. temos recebido.

A illimitada confiança que nós temos em V. M. nos dá toda a certeza que só estando com animo desapercibido poderá V. M. conceder a sua regia approvação a tal medida; e é para que esse caso se não dê, que nós respeitosa e invocamos sobre este ponto a attenção de V. M.

Com effeito é incrível que obtenha a approvação d'um Monarcha illustrado toda a medida que tende a privar da instrucção uma parte da

nação a cujos destinos preside; e mais incrível ainda em Portugal, quando o Soberano reinante é o Senhor D. LUIZ, o excelso DUQUE DO PORTO, que d'este titulo se presou sempre e que só o trocou pelo Rei, porque a isso foi constrangido pelos irrevogaveis decretos da Providencia Divina: e muito mais incrível ainda, sabendo V. M. que, desde que este Instituto foi creado, as reformas que elle tem conhecido, ordenadas ou sancionadas por todos os Augustos Predecessores de V. M., teem sempre tido por fim melhora-lo e amplifica-lo.

Enganou-se, de certo mal andou, quem escolheu o reinado de V. M. para dar o primeiro golpe, e logo um golpe mortal, na instrucção publica do Porto.

Mas não basta, Senhor, que se annulle essa medida que agora ameaça esta importantissima parte da Monarchia: é necessario, e porque é conforme aos interesses do paiz tambem o é á vontade de V. M., como o era já aos desejos do sempre chorado Monarcha o Snr. D. Pedro 5.^o, que em seu nome nos foram manifestados pelo seu primeiro Ministro, — é necessario e exigido por toda a idéa d'ordem, de justiça, de progresso e de moralidade, que cesse este longo e já insupportavel estado provisório, esta continua incerteza, esta oscillação continua, este interminavel terremoto em que se acham os estabelecimentos d'instrucção nas provincias e principalmente n'esta cidade.

Nós não pedimos a immutabilidade, não a queremos; n'este tempo em que todos caminham, não havemos de só nós ficar estacionarios; queremos tambem caminhar, mas caminhar avançando; porque, se retrogradarmos, vamos d'encontro a todos os outros; e sem duvida é retrogradar o amesquinhar e cercear a instrucção, quando em todos os paizes a estão plantando e multiplicando.

Nós não pedimos a permanencia no estado actual; pelo contrario conhecemos, e primeiro que ninguem assim o declarámos, conhecemos a urgencia de reforma; porém d'uma reforma como n'esta época se entende e pelo espirito do seculo é dictada, *reforma que construa e não que destrua, que aperfeiçõe e não que peiore*; queremos, em vez d'esse nunca acabar de reformas a retalho, sem nexos e sem coherencia, uma reforma geral queparta de todos e que abranja a todos os estabelecimentos d'instrucção, porque todos carecem de magna, e de maxima reforma; queremos uma reforma para a qual concorram todas as luzes, todas as intelligencias do paiz, e não exclusivamente os adeptos d'uma seita, d'uma escola politica economica ou scientifica, d'uma qualquer oligarchia improvisada e sempre

já n'este paiz por esforços e sacrificios, dos quaes incontestavelmente ao Porto cabe a maior e mais gloriosa parte; d'uma oligarchia que, julgando-se dotada d'infalibilidade, d'essa prerogativa que Deus guardou só para Si, quer dispôr a seu talante do que ha mais precioso na sociedade, a instrucção, agglomerando-a, amontoando-a, monopolisando-a em um ponto, para d'ella privar o resto da nação ou tornar-lh'a quasi inacessivel; sem se lembrarem que já lá vão ha muito os mysterios d'Eleusys e d'Osiris, que já acabaram os hyerophantas, e que já passou o tempo dos oraculos, das sybillas, dos alchimistas e de todos os mystificadores.

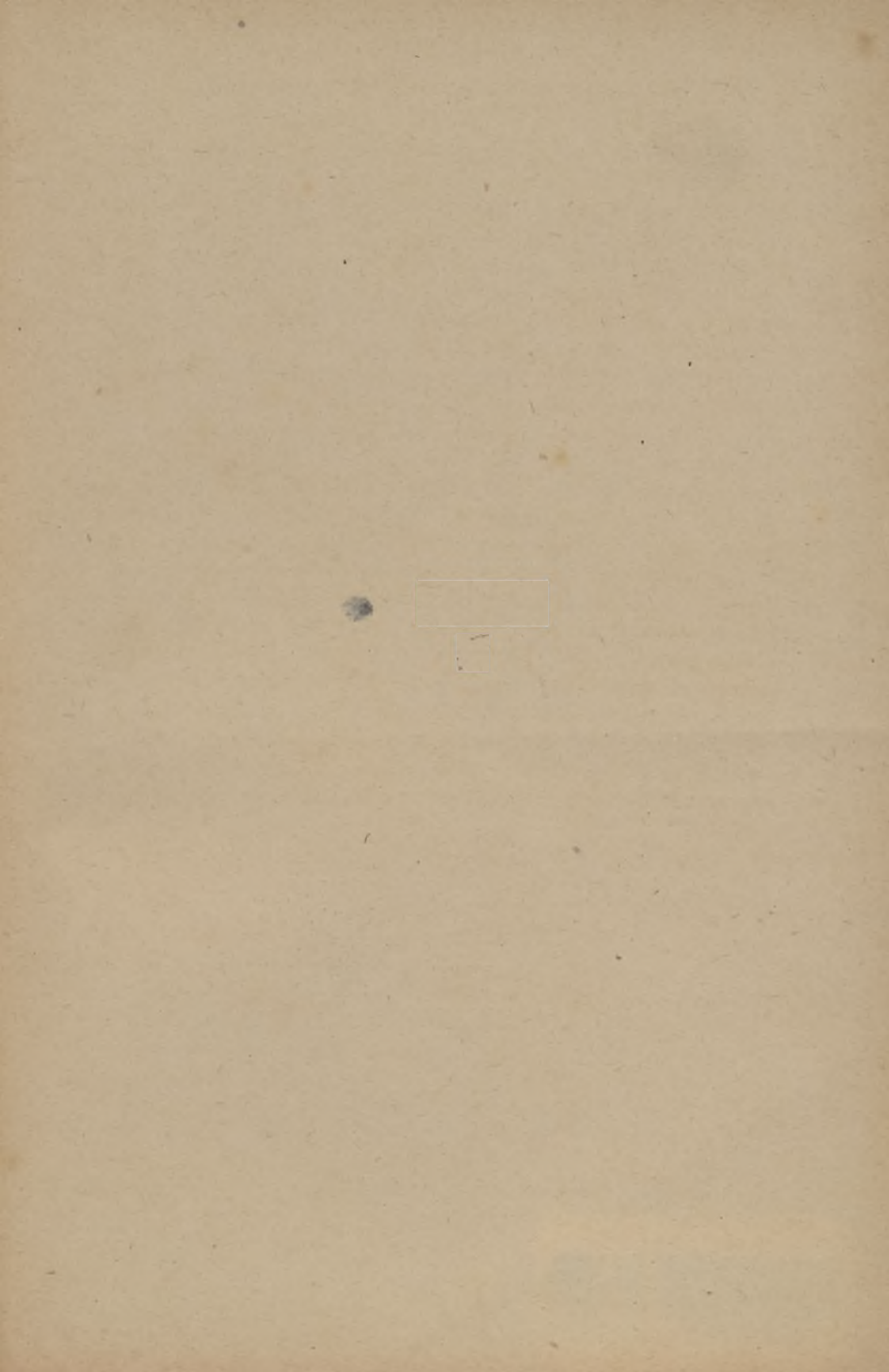
É necessaria, é indispensavel uma reforma que arranque e faça surgir a instrucção publica do cahos em que está, e que d'ella forme um systema, um todo harmonico, um grande aparelho de civilisação, que funcione regularmente; o que não será possivel sem que os seus orgãos se liguem e coadjuvem, em vez de se repellirem e contrariarem.

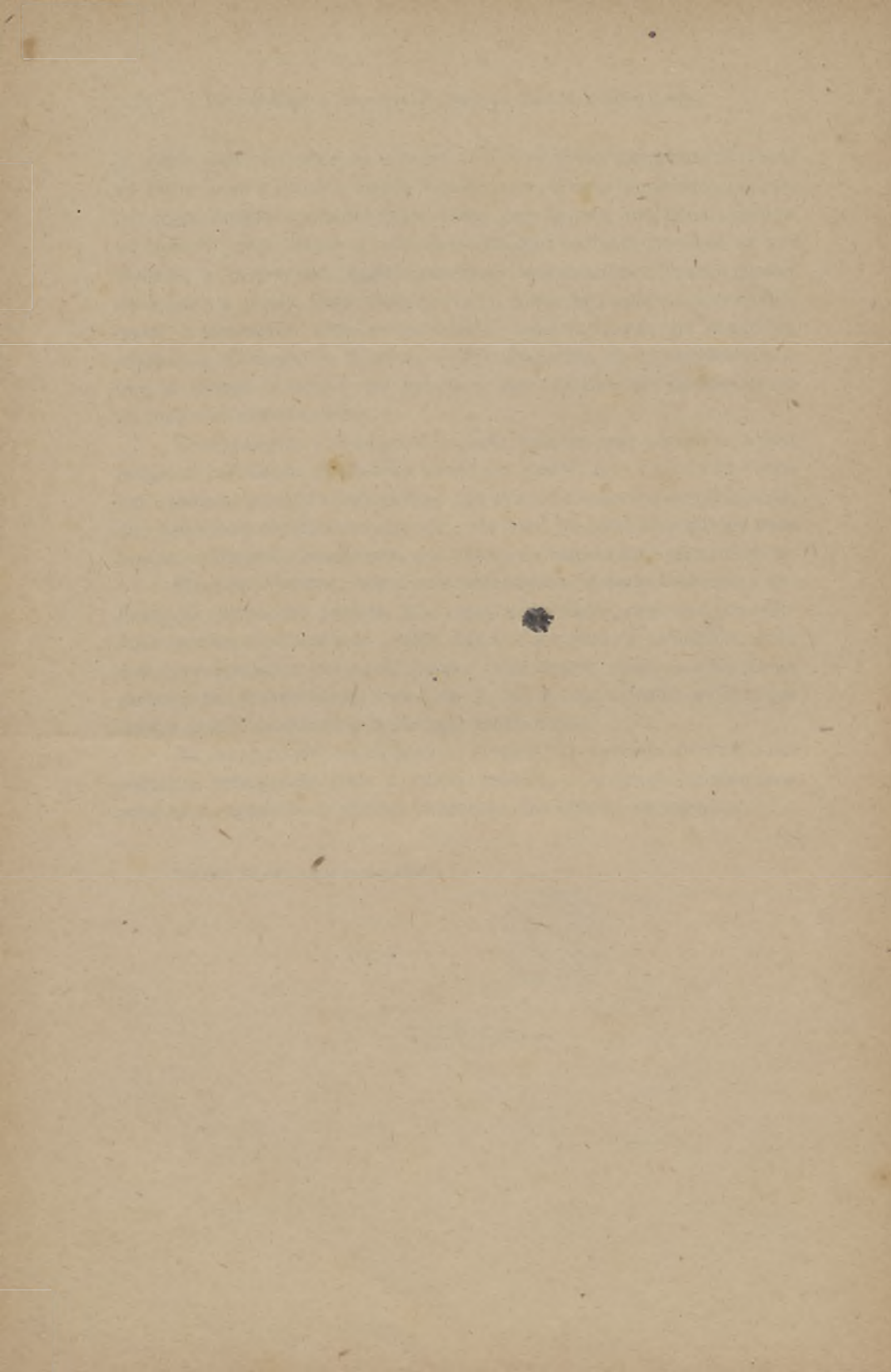
Eis aqui, Senhor, como nós entendemos e ambicionamos a reforma da instrucção publica. Ella seria, na verdade, uma das mais arduas tarefas, mas tambem a mais digna do empenho e solicitude, tanto dos representantes do povo, para o qual ficaria sendo a mais firme garantia de prosperidade, como de V. M., a cujo reinado serviria em todo o porvir de perenne e glorioso monumento.

Da benignidade, patriotismo e elevada intelligencia de V. M., esperamos indulgencia para a nossa ousadia, e favoravel acolhimento para esta respeitosa e sincera expressão dos nossos sentimentos.

(Porto, 16 de Outubro de 1860).









RÓ
MU
LO



CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA

1329724933

